

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Programa Operacional Regional de Lisboa (PORLisboa), para o período de programação 2007-2013, assenta nas grandes recomendações da política de coesão, no desígnio estratégico do QREN e ancora-se na Estratégia Regional, Lisboa 2020.

São 10 as ideias-chave que constituem as orientações estratégicas do PORLisboa, focando aspectos particularmente relevantes das principais dinâmicas recentes da Região de Lisboa e respondendo às oportunidades e ameaças com que se depara nos próximos anos:

1. Afirmar Lisboa internacionalmente como espaço de intermediação
2. Reforçar a responsabilidade de Lisboa como motor de desenvolvimento do País
3. Capacitar Lisboa como meio acolhedor e lugar de encontro multicultural
4. Qualificar um sistema de I&D dinâmico mas ainda vulnerável
5. Combater défices acentuados na qualificação dos recursos humanos
6. Valorizar recursos paisagísticos e patrimoniais singulares
7. Esbater a fragmentação do espaço metropolitano
8. (Re)qualificar o tecido urbano
9. Vencer obstáculos à mobilidade e tornar mais eficiente a gestão do espaço público

10. Fortalecer a cooperação institucional e territorial

O montante global de investimento previsto no PORLisboa é de 681,36 milhões de euros, ao qual está associado um financiamento comunitário (FEDER) de 306,68 milhões de euros, representando assim uma taxa de co-financiamento média para o Programa Operacional de 45,01%.

O ano de 2009 fica marcado, em termos de condicionantes à execução do QREN, pela necessidade de consolidação orçamental. Este esforço de consolidação orçamental repercutiu-se, no âmbito do QREN, numa menor capacidade de execução das operações aprovadas, em particular naquelas em que o promotor se caracterizava por ser uma entidade pública, uma vez que estas enfrentaram fortes restrições à capacidade de garantir a contrapartida nacional necessária à plena implementação dos projectos.

A instabilidade socioeconómica teve necessariamente repercussões na execução das operações financiadas pelos vários Programas Operacionais, seja pelas alterações das perspectivas económicas, que condicionam os níveis de investimento desejados e efectuados, em particular pelos agentes privados, quer ainda mesmo pela disponibilidade de recursos financeiros para o financiamento

da contrapartida nacional das intervenções.

A grave situação conjuntural que o país atravessou neste período obrigou o Governo a definir uma estratégia de combate à crise, na qual inclui uma maior flexibilização na disponibilização dos fundos estruturais.

A 31 de Dezembro de 2009 o Programa tinha já aprovado um investimento total de 410 563 969 €, um investimento elegível de 289 992 386 €, uma despesa pública 229 439 757€ e um FEDER de 130 007 408 €.

A taxa de compromisso, no mesmo período, atingiu os 42% face ao total programado. Foi no Eixo 1 que se verificou uma maior taxa de compromisso, atingindo os 52% da dotação do Eixo. A taxa de compromisso obtida no Eixo 2 foi de 21%, no Eixo 3 foi de 44% e no Eixo 4 de 33%.

Durante o ano de 2009 foram efectuados pagamentos aos beneficiários no montante FEDER de 26 222 013 euros, correspondendo a uma taxa de 20% do aprovado.

Estas taxas de realização e pagamento, face ao aprovado, tiveram um grande incremento face ao que se tinha verificado no ano 2008, tendo estas taxas passado em 2009 para 16% e 20% respectivamente.

Do valor total transferido pela Comissão Europeia, no montante de 23 001 688 euros, foi já certificado aos serviços comunitários, no ano 2009, o montante de 3 758 964 euros, correspondendo a 16% do pré-financiamento atribuído.

Em termos globais e comparando o total de Temas Prioritários e despesas *Earmarking*, verifica-se que do total de 367 operações, 312 contribuem para *Earmarking*, sendo que do total aprovado face ao programado, 51% são despesas *Earmarking*.

O FEDER aprovado no PORLisboa tem cumprido com o objectivo delineado no n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1080/2006, em particular para os temas prioritários números 3, 4, 5, 7 e 8, todos eles vocacionados para o financiamento dos investimentos produtivos que contribuem para criar e manter empregos sustentáveis, e onde a actividade apoiada tem por base a criação de valor acrescentado.

A Dezembro de 2009, das 367 operações aprovadas, encontravam-se já contratadas, ou com termo de aceitação assinado, um total de 341 operações, o que representa uma taxa de 93%.

Quanto ao Eixo 1 a aposta clara no apoio ao desenvolvimento de iniciativas relacionadas com a Investigação e Desenvolvimento de âmbito empresarial, por parte da Autoridade de Gestão do PORLisboa reflecte-se na realização física do Eixo, que à data de 2009, apresentava uma relevância do I&D empresarial, face às operações contratadas, de 89,4%, claramente acima do valor da meta para 2015 (55%).

O peso do I&D no total do Programa representava, em 2009, 12% de incentivos de I&D face ao montante FEDER afecto ao Programa, cumprindo a meta de 2010 (8%) e ficando ligeiramente aquém da meta de 13% definida para 2015.

Quanto ao Eixo 2 a Dezembro de 2009, das 52 operações aprovadas, encontravam-se já contratadas, um total de 49 operações, o que representa uma taxa de 94%.

Até ao final de 2009 foi aprovado neste Eixo um investimento elegível de 31,6 milhões de euros, a que corresponde um FEDER de 14,8 milhões de euros e que representa cerca de 21% do total programado para este eixo

No eixo 3, a Dezembro de 2009, das 67 operações aprovadas, encontravam-se já contratadas, um total de 66 operações, o que representa uma taxa de 99%.

Até ao final de 2009 foi aprovado neste Eixo, um investimento elegível de 63,7 milhões de euros, a que corresponde um FEDER de 31,4 milhões de euros e que representa cerca de 44% do total programado para este eixo.

Com execução física, ao nível dos indicadores comunitários, destacam-se as áreas temáticas de: Investigação e Desenvolvimento; Ajudas directas ao investimento nas PME; Sociedade de Informação; Transportes; Energias Renováveis; Ambiente; Prevenção de Riscos; Turismo; Educação; Reabilitação Urbana e Inclusão Social.

Quanto aos indicadores de Eixo do PORLisboa é de realçar os que já superaram a meta para 2010, designadamente:

- ◆ Relevância do I&D empresarial – 89,4%
- ◆ Peso de I&D no total do Programa – 12%
- ◆ Contributo da inovação financeira para a intensidade tecnológica da base económica – 76%
- ◆ Envolvimento institucional – 27
- ◆ Projectos e Parcerias – 42
- ◆ N° de planos de prevenção e gestão de riscos naturais ou tecnológicos elaborados - 7
- ◆ N° de projectos de requalificação dos Arcos Ribeirinhos apoiados – 5
- ◆ População beneficiada pelos projectos de regeneração urbana – 243 509
- ◆ N° de intervenções apoiadas no âmbito da regeneração urbana integrada – 11
- ◆ N° de alunos abrangidos pela construção de centros escolares do 1.º CEB – 9 453
- ◆ N° de centros escolares do 1.º CEB construídos – 32
- ◆ N° de alunos abrangidos pela remodelação/ampliação de centros escolares do CEB – 3 093
- ◆ N° de centros escolares do CEB remodelados/ampliados - 14

Os indicadores cujas metas programadas se afiguram de difícil alcance em 2010 são os seguintes:

- ◆ N° de projectos comuns de I&D
- ◆ N° de projectos de car-pooling apoiados
- ◆ N° de projectos de acções de gestão da mobilidade local susceptíveis de promover a redução da mobilidade motorizada apoiados
- ◆ N° de projectos de Plano de Ordenamento da Orla Costeira

ÍNDICE GERAL

1.	APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL	1
2.	EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL	17
2.1	Realização e Análise dos Progressos	17
2.1.1	Realização física do Programa Operacional	17
2.1.2	Realização financeira do Programa Operacional	23
2.1.3	Informação sobre a repartição da utilização dos fundos	26
2.1.4	Informação sobre o apoio comunitário por grupos alvo	34
2.1.5	Apoio restituído ou reutilizado	35
2.1.6	Análise qualitativa.....	35
2.2	Informação sobre a conformidade com o direito comunitário.....	53
2.3	Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver	61
2.4	Mudanças no contexto da execução do programa operacional	62
2.5	Alteração substancial na aceção do artigo 57º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 (caso aplicável).....	82
2.6	Complementaridade	82
2.6.1	Complementaridade com outros instrumentos	82
2.6.2	Instrumentos de engenharia financeira – JEREMIE e JESSICA	86
2.7	Acompanhamento e avaliação	89
2.7.1	Autoridade de Gestão.....	89
2.7.2	Comissão de Acompanhamento	92
2.7.3	Parceria	93
2.7.4	Subvenções Globais.....	106
2.7.5	Compliance Assessments	106
2.7.6	Sistema de Informação.....	106
2.7.7	Avaliação	110
2.7.8	Avaliação Ambiental Estratégica	120
3.	EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO	131
3.1	Eixo Prioritário 1	139
3.1.1	Cumprimento de metas e análise de progressos	139

3.1.2	Análise qualitativa.....	145
3.1.3	Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver.....	164
3.2	Eixo Prioritário 2.....	165
3.2.1	Análise qualitativa.....	170
3.2.2	Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver.....	185
3.3	Eixo Prioritário 3.....	186
3.3.1	Cumprimento de metas e análise de progressos	186
3.3.2	Análise qualitativa.....	190
3.3.3	Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver.....	206
3.4	Eixo Prioritário 4.....	207
3.4.1	Cumprimento de metas e análise de progressos	207
3.4.2	Análise qualitativa.....	208
3.4.3	Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver.....	211
4.	ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	212
5.	INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO	216
5.1	Acções de divulgação, informação e publicidade previstas e concretizadas (2009).....	216
5.2	Execução Financeira do Plano Fase 1 - Programado e executado.....	250
5.3	Execução dos Indicadores Previstos no Plano de Comunicação face às metas a atingir em 2013	251
6.	CONCLUSÕES E PREVISÕES PARA 2010	253
6.1	Síntese da Implementação do PORLisboa	253
6.2	Perspectivas para 2010.....	255
6.3	Previsões de execução	255
7.	GLOSSÁRIO DE SIGLAS.....	257
8.	ANEXOS	259

ÍNDICE DE QUADROS:

Quadro 2.1: Realização Física.....	18
Quadro 2.2: Candidaturas aprovadas	23
Quadro 2.3: Taxas de Compromisso por Eixo	23
Quadro 2.4: Fundo Executado e Pago.....	25
Quadro 2.5: Realização Financeira.....	25
Quadro 2.6: Repartição da contribuição comunitária por dimensão Formas de Financiamento	26
Quadro 2.7: Repartição da contribuição comunitária por dimensão Tipo de Território	27
Quadro 2.8: Repartição da contribuição comunitária por dimensão Actividade Económica	27
Quadro 2.9: Aprovação por NUTS III	31
Quadro 2.10: Execução por NUTS III	33
Quadro 2.11: Temas Prioritários e Earmarking.....	35
Quadro 2.12: Aprovações e execução por dimensão Tema Prioritário (contribuição comunitária)	41
Quadro 2.13: Regimes de Auxílio utilizados no âmbito do PORLisboa, por Enquadramento Comunitário.....	57
Quadro 2.14: Incentivo aprovado associado à tipologia FSE	84
Quadro 2.15: Complementaridade com os PO Temáticos.....	85
Quadro 2.16: Actividade da AML – PP validados / autorizados.....	94
Quadro 2.17: Actividade da AML – PP validados / autorizados, por tipo de pp	95
Quadro 2.18: Actividade da AML – Emissão de parecer	95
Quadro 2.19: Actividade dos OI / SI QREN – Candidaturas entradas	96
Quadro 2.20: Actividade dos OI / SI QREN – Emissão de parecer.....	98
Quadro 2.21: Actividade dos OI / SI QREN – Emissão de parecer CS.....	99
Quadro 2.22: Actividade dos OI / SI QREN – Contratos	100
Quadro 2.23: Actividade dos OI / SI QREN – Despesa certificada	101
Quadro 2.24: Actividade dos OI / SI QREN – Emissão OP e pagamentos.....	102
Quadro 2.25: Apoios por tipologia de empreendedorismo jovem e feminino	105
Quadro 2.26: Calendarização dos exercícios de Avaliação do POR Lisboa 2007-2013 – Revisto	115
Quadro 3.1: Processo de selecção	131
Quadro 3.2: Processo de selecção – Programas de Acção.....	134
Quadro 3.3: Tempos médios de decisão	134
Quadro 3.4: Taxa de admissibilidade.....	136
Quadro 3.5: Taxa de aprovação bruta	137
Quadro 3.6: Taxa de aprovação líquida	138
Quadro 3.7: Taxa de contratação	139
Quadro 3.8: Realização Física do Eixo Prioritário 1.....	142

Quadro 3.9: Concursos Eixo 1	146
Quadro 3.10: Concursos Decididos Eixo 1	147
Quadro 3.11: Concursos Decididos Eixo 1 – Admissibilidade e Aprovações	149
Quadro 3.12: Concursos Decididos Eixo 1 – Admissibilidade e Aprovações	150
Quadro 3.13: Concursos Decididos Eixo 1 – Admissibilidade e Aprovações	154
Quadro 3.14: Eixo 1 – Operações Aprovadas	156
Quadro 3.15: Eixo 1 – Operações Executadas	157
Quadro 3.16: Eixo 1 – Aprovações Sistema de Incentivos por tipologia de beneficiário	157
Quadro 3.17: Eixo 1 – Aprovações Sistema de Incentivos por Dimensão relativa às Actividades Económicas	159
Quadro 3.18: Eixo 1 – Aprovações por NUTS III	161
Quadro 3.19: Operações aprovadas pelas linhas de crédito PME Investe I e II e por sector de actividade	164
Quadro 3.20: Realização Física do Eixo Prioritário 2	168
Quadro 3.21: Eixo 2 - Processo de selecção por Tipologia Projecto	170
Quadro 3.22: Tempos Médios de Decisão no Eixo 2 (nº dias)	173
Quadro 3.23: Concursos Decididos Eixo 2 – Admissibilidade e Aprovações	175
Quadro 3.24: Concursos Decididos Eixo 2 – Taxa de Admissibilidade e de Aprovações	175
Quadro 3.25: Taxa de Contratação Eixo 2 (Candidaturas)	178
Quadro 3.26: Candidaturas Aprovadas no Eixo 2 por Tipologia	179
Quadro 3.27: Execução e Pagamentos no Eixo 2	180
Quadro 3.28: Aprovações por NUTS III Eixo 2	182
Quadro 3.29: Aprovações Eixo 2 Grande Lisboa	182
Quadro 3.30: Aprovações Eixo 2 Península de Setúbal	183
Quadro 3.31: Execução por NUTS III Eixo 2	185
Quadro 3.32: Realização Física do Eixo Prioritário 3	189
Quadro 3.33: Eixo 3 - Processo de selecção por Tipologia Projecto	191
Quadro 3.34: Tempos Médios de Decisão no Eixo 3 (nº dias)	194
Quadro 3.35: Concursos Decididos Eixo 3 – Admissibilidade e Aprovações	195
Quadro 3.36: Concursos Decididos Eixo 3 – Taxa Admissibilidade e Aprovações	195
Quadro 3.37: Taxa de Contratação Eixo 3 (Candidaturas)	198
Quadro 3.38: Candidaturas Aprovadas no Eixo 3 por Tipologia	199
Quadro 3.39: Execução e Pagamentos no Eixo 3	200
Quadro 3.40: Aprovações por NUTS III Eixo 3	201
Quadro 3.41: Aprovações Eixo 3 Grande Lisboa	202
Quadro 3.42: Aprovações Eixo 3 Península de Setúbal	203
Quadro 3.43: Execução por NUTS III Eixo 3	204
Quadro 3.44: Realização Física do Eixo Prioritário 4	208
Quadro 3.45: Eixo 4 - Processo de selecção por Tipologia Projecto	209
Quadro 3.46: Concursos Decididos Eixo 4 – Admissibilidade e Aprovações	209

Quadro 3.47: Candidaturas Aprovadas no Eixo 4 (euros)	210
Quadro 3.48: Execução e Pagamentos no Eixo 4	211
Quadro 4.1: Aprovado / executado e Pago – AT(2009).....	212
Quadro 5.1: Execução dos indicadores previstos	218
Quadro 5.2: Acções do Plano de Comunicação e resultados alcançados	220
Quadro 5.3: Execução dos indicadores previstos	221
Quadro 5.4: Execução dos indicadores previstos	232
Quadro 5.5: Execução dos indicadores previstos	236

ÍNDICE DE FIGURAS:

Figura 1.1: Orientações estratégicas e objectivos gerais do PORLisboa	3
Figura 1.2: Modelo de governação do QREN	5
Figura 1.4: Organigrama da AG do PORLisboa.....	7
Figura 1.5: Modelo de articulação.....	12
Figura 1.6: Eixo 1 do PORLisboa.....	13
Figura 1.7: Eixo 2 do PORLisboa.....	14
Figura 1.8: Eixo 3 do PORLisboa.....	15
Figura 1.9: Eixo 4 do PORLisboa.....	16
Figura 2.1: Fundo aprovado / Executado por dimensão Actividade económica (códigos 1 a 11).....	29
Figura 2.2: Fundo aprovado / Executado por dimensão Actividade económica (códigos 12 a 22)	30
Figura 2.3: Diagrama de rede	108
Figura 2.3: Diagrama de entidades do SI.PORLisboa	109
Figura 5.1: Acções do Plano de Comunicação e resultados alcançados.....	216

ÍNDICE DE GRÁFICOS:

Gráfico 2.1: Taxas de Compromisso por Eixo com Planos de Acção	24
Gráfico 2.2: Operações aprovadas por NUTS III (%).....	31
Gráfico 2.3: Aprovação de Fundo por NUTS III (%).....	32
Gráfico 2.4: Execução de Fundo por NUTS III (%)	33
Gráfico 2.5: Execução / Aprovação por NUTS III (%)	34
Gráfico 2.6: Programado/ Aprovado por tema prioritário	40
Gráfico 2.7: “Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo” - Aprovações e execução por Tema Prioritário	44
Gráfico 2.8: “Sociedade de Informação” - Aprovações e execução por Tema Prioritário	45
Gráfico 2.9: “Transportes” - Aprovações e execução por Tema Prioritário	45
Gráfico 2.10: “Protecção do Ambiente e prevenção de riscos” - Aprovações e execução por Tema Prioritário.....	46
Gráfico 2.11: “Turismo” - Aprovações e execução por Tema Prioritário	47
Gráfico 2.12: “Actividades Culturais” - Aprovações e execução Tema Prioritário	47
Gráfico 2.13: “Reabilitação Urbana e Rural” - Aprovações e execução por Tema Prioritário	48
Gráfico 2.14: “Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários” - Aprovações e execução por Tema Prioritário	48
Gráfico 2.15: “Investimentos em infra-estruturas sociais” - Aprovações e execução por Tema Prioritário.....	49
Gráfico 2.16: “Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local” - Aprovações e execução por Tema Prioritário	50

Gráfico 2.17: “Assistência Técnica” - Aprovações e execução por Tema Prioritário.....	50
Gráfico 2.18: Aprovações e execução por Tema Prioritário e Earmarking	51
Gráfico 2.19: Apoios concedidos às empresas por tema prioritário	52
Gráfico 2.20: Apoios concedidos às empresas por tema prioritário em percentagem do nº de operações e do Fundo	53
Gráfico 2.21: VAB, Indicador Coincidente da Actividade e Indicador de Sentimento Económico	62
Gráfico 2.22: Taxa de variação anual do PIBPM, em volume (ano de referência=2000).....	63
Gráfico 2.23: Taxa de variação real do VAB por ramo de actividade (%)	64
Gráfico 2.24: Taxa de variação real do VAB do sector dos Serviços (%)	65
Gráfico 2.25: Taxa de variação real da Formação Bruta de Capital Fixo (%)	66
Gráfico 2.26: Taxa de variação real das Exportações (%)	67
Gráfico 2.27: Taxa de variação real das Importações (%)	68
Gráfico 2.28: Taxa de variação anual da população empregada e da população desempregada	69
Gráfico 2.29: Taxa de variação anual da população desempregada por habilitações	70
Gráfico 2.30: Taxa de variação anual da população empregada na região NUTS II Lisboa, por habilitações	71
Gráfico 2.31: Taxas de desemprego na região NUTS II Lisboa.....	72
Gráfico 2.32: Taxas de desemprego na região NUTS II Lisboa por género	73
Gráfico 2.33: Variação das Taxas de desemprego na região NUTS II Lisboa por género.....	73
Gráfico 2.34: Défice das Administrações Públicas (em % do PIBpm)	74
Gráfico 2.35: Dívida Bruta das Administrações Públicas (consolidada) (em % do PIBpm)	75
Gráfico 2.36: Actividade dos OI / SI QREN – Candidaturas entradas.....	97
Gráfico 2.37: Actividade dos OI / SI QREN – Emissão de parecer	99
Gráfico 2.38: Actividade dos OI / SI QREN – Contratos	101
Gráfico 2.39: Actividade dos OI / SI QREN – Despesa certificada	102
Gráfico 2.40: Actividade dos OI / SI QREN – Emissão OP e pagamentos	103
Gráfico 3.1: Concursos abertos a 31 de Dezembro 2009, por Eixo	132
Gráfico 3.2: Concursos encerrados a 31 de Dezembro 2009, por Eixo	132
Gráfico 3.3: Concursos decididos a 31 de Dezembro 2009, por Eixo.....	133
Gráfico 3.4: Tempos médios de decisão, por Eixo.....	135
Gráfico 3.5: Taxa de Admissibilidade por Eixo.....	136
Gráfico 3.6: Taxa de aprovação Bruta por Eixo	137
Gráfico 3.7: Taxa de aprovação líquida por eixo	138
Gráfico 3.8: Taxa de contratação por Eixo.....	139
Gráfico 3.9: Concursos Eixo 1 – Repartição do Fundo por Estado do Concurso.....	146
Gráfico 3.10: Concursos Decididos Eixo 1 – Prazos médio de decisão.....	148
Gráfico 3.11: Taxa de Admissibilidade - Candidaturas	151
Gráfico 3.12: Taxa de Admissibilidade – Custo total.....	151
Gráfico 3.13: Taxa de Aprovação Líquida - Candidaturas	152

Gráfico 3.14: Taxa de Aprovação líquida – Custo total	153
Gráfico 3.15: Taxa de Contratação – Candidaturas e Fundo	155
Gráfico 3.16: Eixo 1 – Sistema de Incentivos – Estrutura de Aprovações por tipologia de beneficiário	158
Gráfico 3.17: Eixo 1 – Sistema de Incentivos – Taxa de execução (Fundo) por tipologia de beneficiário	159
Gráfico 3.18: Eixo 1 – Sistema de Incentivos – Estrutura de Aprovações por tipologia de beneficiário	160
Gráfico 3.19: Eixo 1 – Estrutura de Aprovações por NUTS III	161
Gráfico 3.20: Eixo 1 – Execução por NUTS III	162
Gráfico 3.21: Nº de concursos por tipologia	171
Gráfico 3.22: FEDER Aprovado por tipologia com Programas de Acção	172
Gráfico 3.23: Prazos Previstos e efectivos por tipologia (nº dias)	174
Gráfico 3.24: Taxa de Admissibilidade Eixo 2 (Candidaturas)	176
Gráfico 3.25: Taxa de Aprovação Bruta Eixo 2 (Candidaturas)	177
Gráfico 3.26: Taxa de Aprovação Líquida Eixo 2 (Candidaturas)	177
Gráfico 3.27: Nº candidaturas contratadas e aprovadas	179
Gráfico 3.28: Eixo 2 NUT III - Repartição do FEDER Aprovado	182
Gráfico 3.29: Eixo 2 Grande Lisboa FEDER Aprovado por Concelho	183
Gráfico 3.30: Eixo 2 Península de Setúbal FEDER Aprovado por Concelho	184
Gráfico 3.31: Eixo 2 NUT III - Repartição do FEDER executado	185
Gráfico 3.32: Nº de Concursos por tipologia – Eixo 3	192
Gráfico 3.33: Aprovado por tipologia com Programas de Acção	193
Gráfico 3.34: Prazos Previstos e efectivos por tipologia (nº dias)	194
Gráfico 3.35: Taxa de Admissibilidade Eixo 3 (Candidaturas)	196
Gráfico 3.36: Taxa de Aprovação Bruta Eixo 3 (Candidaturas)	197
Gráfico 3.37: Taxa de Aprovação Líquida Eixo 3 (Candidaturas)	197
Gráfico 3.38: Nº candidaturas contratadas e aprovadas – Eixo 3	199
Gráfico 3.39: Eixo 3 NUT III - Repartição do FEDER Aprovado	201
Gráfico 3.40: Eixo 3 Grande Lisboa FEDER Aprovado por Concelho	202
Gráfico 3.41: Eixo 3 Península de Setúbal FEDER Aprovado por Concelho	203
Gráfico 3.42: Eixo 3 NUTS III - Repartição do FEDER executado	204
Gráfico 3.43: Eixo 3 Grande Lisboa FEDER Executado por Concelho	205
Gráfico 3.44: Eixo 3 Península de Setúbal FEDER Executado por Concelho	205
Gráfico 3.45: FEDER Aprovado por beneficiário (%) Eixo 4	210
Gráfico 4.1: Aprovado / executado e Pago – AT(2009)	213
Gráfico 4.2: Investimento aprovado por tipologia de operações(artº 4º do Regul. AT)	214
Gráfico 4.3: Despesas elegíveis apresentadas (artº 8º do Reg. AT)	215
Gráfico 5.1: Acessos ao site PORL (11/2007 a 12/2009)	219

INTRODUÇÃO

O Programa Operacional Regional de Lisboa 2007-2013 (POR Lisboa) é um instrumento do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) com aplicação exclusiva à Região de Lisboa e foi aprovado pela Comissão Europeia a 12 de Outubro de 2007. Assenta nas grandes recomendações da Política de Coesão, no desígnio estratégico do QREN e ancora-se na Estratégia Regional, Lisboa 2020.

| xii

O presente relatório de execução, pretende proceder ao exercício de prestação de contas 2009, conforme disposições regulamentares comunitárias, previstas no 67.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho, bem como no Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009, de 1 de Setembro, que altera o Regulamento (CE) n.º 1828/2006, de 8 de Dezembro.

A estrutura para o Relatório de Execução, em conformidade com orientações do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR), entidade responsável pela coordenação, monitorização operacional e financeira de implementação do FEDER e FC, procura seguir a estrutura constante do Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009, tendo também em consideração alguns pontos que se considerou importante incluir em termos nacionais.

Neste sentido o relatório começa, no capítulo 1, por fazer a apresentação genérica e sintetizada do Programa, o capítulo 2 aborda a execução, numa visão global que depois é mais concretizada e detalhada no capítulo 3, por Eixo Prioritário. A análise dos capítulos 2 e 3 incide quer ao nível físico (indicadores de programa e comunitários), quer financeiro, procurando sempre que possível introduzir elementos de carácter qualitativo e realçar eventuais pontos críticos. No capítulo 4 é abordada a Assistência Técnica e no capítulo 5 a informação e divulgação. No último ponto são apresentadas conclusões e previsões para o ano de 2010.

1. Apresentação do Programa Operacional

Programa Operacional	Objectivo: Competitividade Regional e Emprego
	Zona Elegível: Região de Lisboa – NUTSII
	Período de Programação: 1 de Janeiro de 2007 a 31 de Dezembro de 2013
	Número do Programa (CCI): 2007PT162PO001
	Designação do Programa: Programa Operacional Regional de Lisboa 2007-2013
Relatório Anual de Execução	Ano de referência: 2009
	Data de aprovação do relatório anual pela Comissão de Acompanhamento:

| 1

O Programa Operacional Regional de Lisboa (PORLisboa), para o período de programação 2007-2013, assenta nas grandes recomendações da política de coesão, no desígnio estratégico do QREN e ancora-se na Estratégia Regional, Lisboa 2020.

São 10 as ideias-chave que constituem as orientações estratégicas do PORLisboa, focando aspectos particularmente relevantes das principais dinâmicas recentes da Região de Lisboa e respondendo às oportunidades e ameaças com que se depara nos próximos anos:

1. Afirmar Lisboa internacionalmente como espaço de intermediação
2. Reforçar a responsabilidade de Lisboa como motor de desenvolvimento do País
3. Capacitar Lisboa como meio acolhedor e lugar de encontro multicultural
4. Qualificar um sistema de I&D dinâmico mas ainda vulnerável
5. Combater défices acentuados na qualificação dos recursos humanos
6. Valorizar recursos paisagísticos e patrimoniais singulares
7. Esbater a fragmentação do espaço metropolitano
8. (Re)qualificar o tecido urbano
9. Vencer obstáculos à mobilidade e tornar mais eficiente a gestão do espaço público

10. Fortalecer a cooperação institucional e territorial

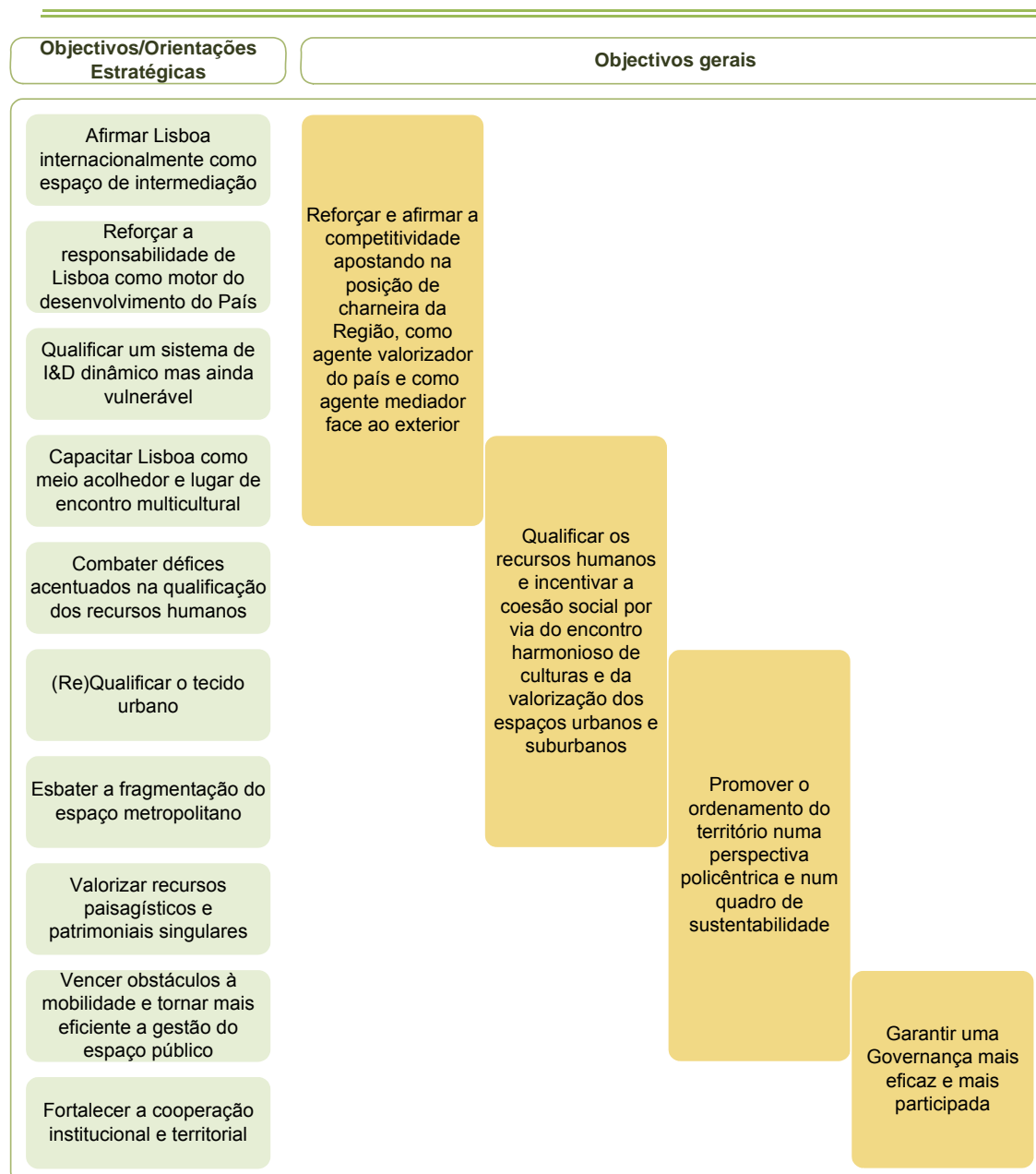
Estas 10 orientações estratégicas resultam da articulação entre as prioridades do QREN, as directivas da “Estratégia Regional, Lisboa 2020” e o diagnóstico da Região.

No sentido de aproximar as orientações estratégicas às áreas de intervenção do PORLisboa, podem considerar-se 4 áreas chave que configuram objectivos gerais e que a seguir se explicitam:

- 1.** Reforçar e afirmar a competitividade apostando na posição de charneira da Região como agente valorizador do País e agente mediador face ao exterior;
- 2.** Qualificar os recursos humanos e incentivar a coesão social por via do encontro harmonioso de culturas e da valorização dos espaços urbanos e suburbanos;
- 3.** Promover o ordenamento do território numa perspectiva policêntrica e num quadro de sustentabilidade;
- 4.** Garantir uma Governança mais eficaz e participada.

Assim, a articulação entre as orientações estratégicas e os objectivos gerais do PORLisboa resumem-se no quadro seguinte:

Figura 1.1: Orientações estratégicas e objectivos gerais do PORLisboa



O POR Lisboa foi apresentado formalmente à Comissão Europeia (CE) no início de 2007. As negociações formais com a CE decorreram ao longo do ano 2007 e o POR Lisboa foi aprovado em 12/10/2007, através da Decisão n.º C(2007) 5100.

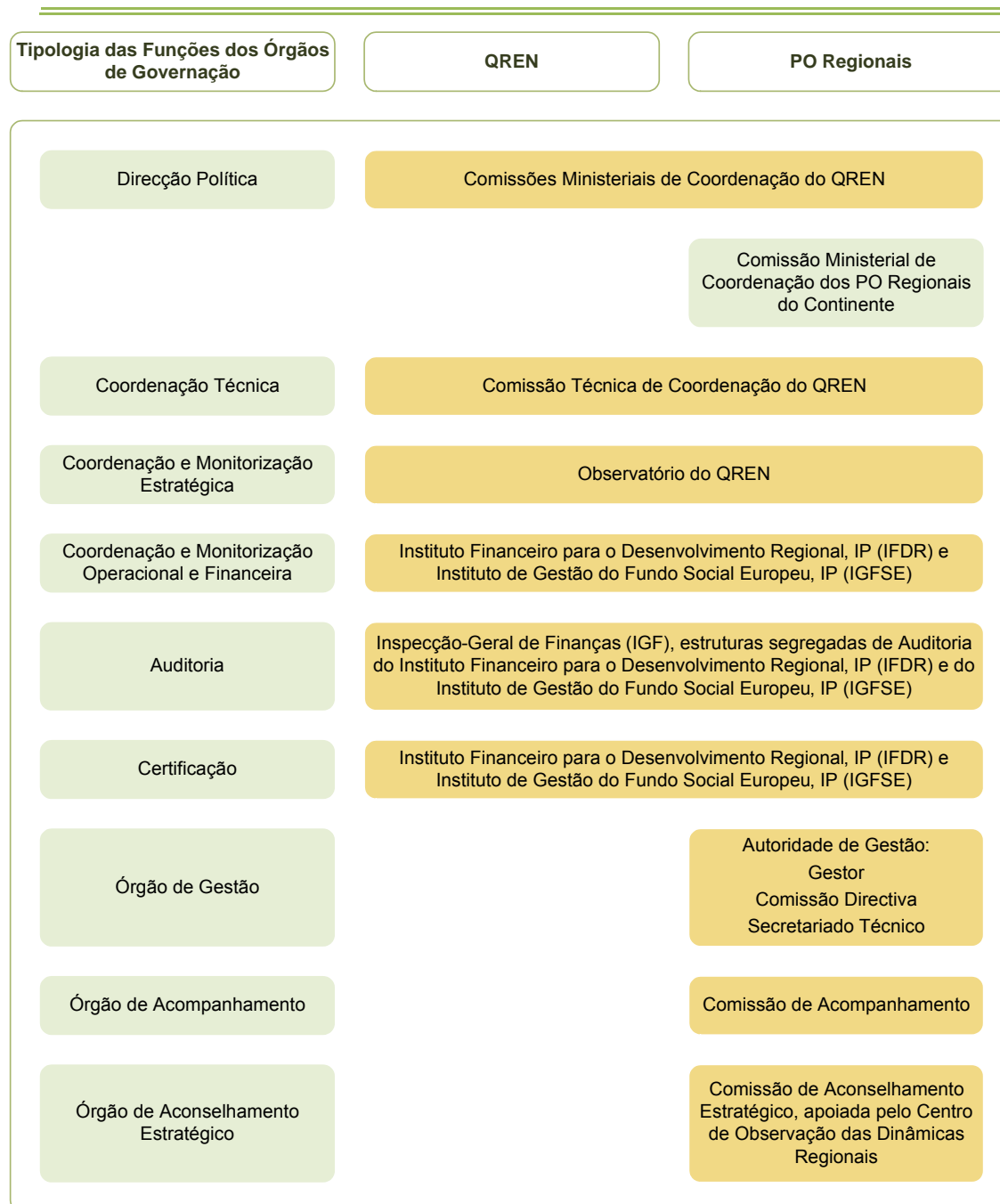
O montante global de investimento previsto no PORLisboa é de 681,36 milhões de euros, ao qual está associado um financiamento comunitário (FEDER) de 306,68 milhões de euros,

representando assim uma taxa de co-financiamento média para o Programa Operacional de 45,01%.

Aos financiamentos comunitários dos Fundos Estruturais podem adicionar-se, ainda, apoios a conceder pelo BEI e por outros instrumentos financeiros necessários à concretização da estratégia de desenvolvimento estabelecida.

O modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN), e dos respectivos Programas Operacionais (PO), onde se inclui o PORLisboa, definido pelo Decreto-Lei 312/2007 de 17 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei 74/2008, de 22 de Abril, e Decreto-Lei n.º 99/2009, de 28 de Abril, estabelece a estrutura orgânica relativa ao exercício das funções de gestão, monitorização, auditoria e controlo, certificação, aconselhamento estratégico, acompanhamento e avaliação, nos termos de Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho, conforme esquema seguinte:

Figura 1.2: Modelo de governação do QREN



Nos termos do modelo de governação global, conforme disposto no Regulamento (CE) n.º 1083/2006, foram então designadas 3 autoridades por cada Programa Operacional:

♦ **Autoridade de Gestão**

Assume a responsabilidade pelo exercício de competências de gestão, definidas pelos regulamentos comunitários e pela legislação nacional, para a globalidade do PO.

♦ **Autoridade de Certificação**

Responsável pela certificação das declarações de despesa e dos pedidos de pagamento antes dos mesmos serem enviados à Comissão Europeia, competente para receber os pagamentos efectuados pela Comissão, tem ainda a função de assegurar os fluxos financeiros com a Comissão Europeia. No âmbito do FEDER, estas funções foram atribuídas ao IFDR, IP.

♦ **Autoridade de Auditoria**

Atesta a conformidade dos sistemas de gestão e controlo de todos os PO, sendo ainda responsável pela emissão de opinião sobre os sistemas de gestão e controlo previstos na regulamentação comunitária. Estas funções foram atribuídas à IGF.

A **Autoridade de Gestão do PORLisboa**, presidida pelo Gestor, é composta pelos seguintes órgãos:

♦ **Comissão Directiva**

- 1 Presidente
- 4 Vogais não executivos

♦ **Secretariado Técnico**

- Unidade Organização e Gestão
- Unidade Competitividade, Inovação e Conhecimento
- Unidade Valorização Territorial e Coesão Social
- Unidade Auditoria e Controlo

O Secretariado Técnico do PORLisboa integra um máximo de 18 elementos, entre secretários técnicos, técnicos superiores e assistentes técnicos.

O organigrama e descrição de funções das unidades podem ser sistematizados da seguinte forma:

Figura 1.3: Organigrama da AG do PORLisboa



A **Comissão de Acompanhamento** é composta pelo Gestor, que preside, e pelos seguintes membros:

- Um representante de cada membro da Comissão Ministerial de Coordenação do PO:
 - Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território
 - Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento
 - Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
 - Ministério da Saúde
 - Ministério da Educação
 - Ministério da Cultura
 - Secretaria de Estado das Autarquias Locais
- Os membros da Comissão Directiva:
 - Presidente
 - 4 Vogais não executivos

- Representantes de cada Organismo Intermédio com o qual a Autoridade de Gestão estabeleceu um contrato de delegação de competências:

Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal – AICEP, EPE

Turismo de Portugal, IP

Agência de Inovação – ADI, SA

Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação – IAPMEI, IP

| 8

- Autoridade de Certificação:

IFDR - Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP

- Associação Nacional de Municípios Portugueses;

- Associação Nacional de Freguesias;

- Representantes dos parceiros económicos e sociais nomeados pelo Conselho Económico e Social:

CGTP-IN

Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social (CNIS)

Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP)

Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA)

- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

A Comissão de Acompanhamento do PORLisboa integra ainda:

- A Comissão de Aconselhamento Estratégico

Inst. Ensino Superior (Universidade de Lisboa)

AEP - Associação Empresarial de Portugal

AIP - Associação Industrial Portuguesa

Associações Sindicais (Comissão Permanente da UGT pelo QREN)

JML – Junta Metropolitana de Lisboa (3 representantes)

- Os responsáveis pela gestão dos instrumentos de programação do FEADER e do FEP:

Gabinete de Planeamento e Políticas

Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura

- Presidente do Conselho da Região;
- Associação Nacional das Agências de Desenvolvimento Regional.

A Comissão de Acompanhamento integra ainda os seguintes representantes, a título consultivo:

- Comissão Europeia (DG Régio);
- Representantes do Banco Europeu de Investimento e do Fundo Europeu de Investimento;

| 9

A Comissão de Acompanhamento integra ainda a seguintes representantes, na qualidade de observadores:

- Observatório do QREN
- CNEL-PT - Gabinete do Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e Plano Tecnológico
- DPP
- IGFSE
- IGF
- POT Valorização do Território
- POT Potencial Humano
- POT Factores de Competitividade
- POR Norte
- POR Centro
- POR Alentejo
- POR Algarve
- PO Madeira FEDER
- PO Madeira FSE
- PO Açores FEDER
- PO Açores FSE

- Comissão Permanente da UGT
- Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP)
- CIP
- Secretária-Geral da Confederação do Turismo Português (CTP)

Funções formalmente delegadas pela Autoridade de Gestão do PORLisboa em Organismos Intermédios:

No âmbito dos **Sistemas de Incentivos QREN**, a Autoridade de Gestão do PORLisboa celebrou protocolos nos quais se estabelecem os procedimentos, prazos e demais condições aplicáveis no relacionamento entre esta e os Organismos Intermédios, no âmbito do exercício das funções que são atribuídas a estes por força do DL n.º 287/2007¹, de 17 de Agosto, e das Portarias n.ºs 1462/2007², 1463/2007³ e 1464/2007⁴, todas de 15 de Novembro de 2007, com os seguintes Organismos Intermédios:

- Protocolo entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional de Lisboa e o **Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, IP**, no âmbito da Gestão dos Sistemas de Incentivos QREN, assinado a 20 de Junho de 2008;
- Protocolo entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional de Lisboa e a **Agência de Inovação, SA**, no âmbito da Gestão dos Sistemas de Incentivos QREN, assinado a 20 de Junho de 2008;
- Protocolo entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional de Lisboa e o **Instituto do Turismo de Portugal, IP**, no âmbito da Gestão dos Sistemas de Incentivos QREN, assinado a 20 de Junho de 2008;
- Protocolo entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional de Lisboa e a **Agência para o Investimento e o Comércio Externo de Portugal, E.P.E.**, no âmbito da Gestão dos Sistemas de Incentivos QREN, assinado a 20 de Junho de 2008;

No que concerne ao estabelecimento de um regime de fluxos financeiros, ainda no âmbito dos Sistemas de Incentivos QREN, foram assinados os seguintes protocolos:

271_____

¹ Alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 65/2009, de 20 de Março, e rectificado através da Declaração de Rectificação n.º 33/2009, de 18 de Maio, publicada no DR, 1.ª série, n.º 96, de 19 de Maio

² Alterada e republicada através da Portaria n.º 353-B/2009 de 3 de Abril

³ Alterada e republicada através da Portaria n.º 353-A/2009 de 3 de Abril

⁴ Alterada e republicada através da Portaria n.º 353-C/2009 de 3 de Abril

- Protocolo para o estabelecimento do regime de fluxos financeiros celebrado entre o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP, a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional de Lisboa e o Instituto de Turismo de Portugal, IP, assinado a 20 de Junho de 2008;
- Protocolo para o estabelecimento do regime de fluxos financeiros celebrado entre o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP, a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional de Lisboa e o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, IP, assinado a 20 de Junho de 2008;

A Autoridade de Gestão do PORLisboa celebrou ainda, em 12-02-2009, um Contrato de Delegação de Competências sem Subvenção Global com a **Área Metropolitana de Lisboa - AML**, o qual foi homologado pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, onde se definem os procedimentos, prazos e outras condições a observar no âmbito do relacionamento entre as entidades envolvidas, em conformidade com o previsto nos artigos 61º e 63º do Decreto-Lei nº 312/2007⁵, de 17 de Setembro. Neste contrato foram então definidas as competências de Autoridade de Gestão delegadas na AML, as quais se encontram previstas nas alíneas b), c), d), e), f), g), h), i), p), r) do n.º 2 do artigo 46º do referido Decreto-Lei.

As tipologias de operações objecto de delegação das competências, cujos beneficiários sejam entidades da Administração Local, são as relativas aos seguintes regulamentos:

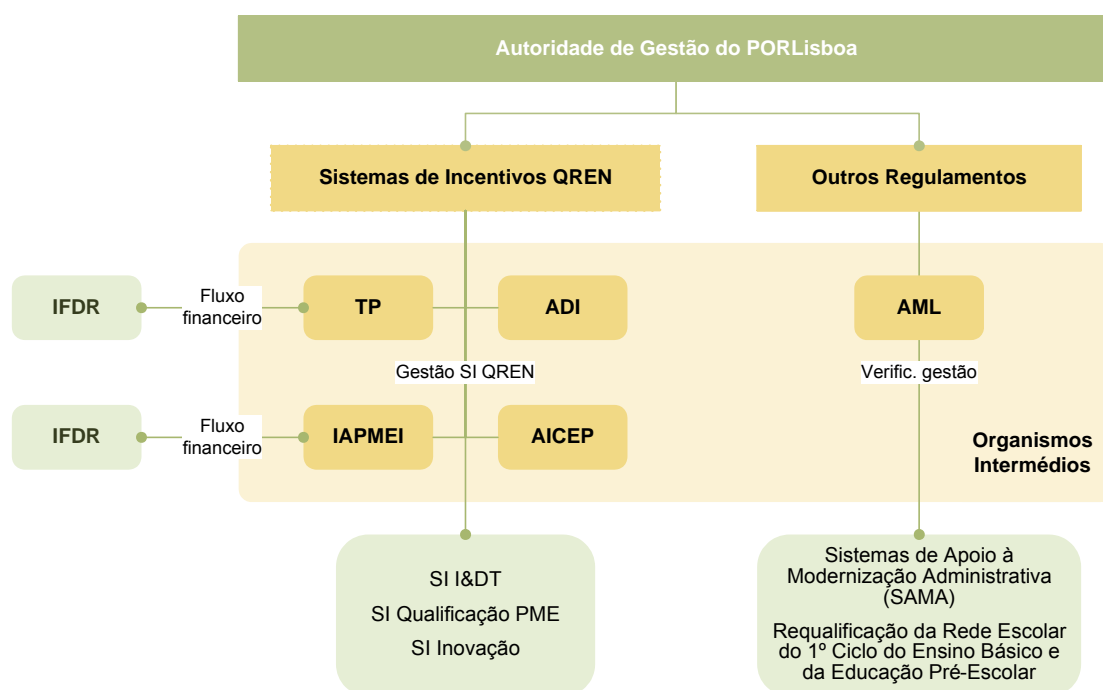
- Sistemas de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA)
- Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar

Estão excluídas do âmbito da delegação do supracitado contrato as candidaturas apresentadas pelo Área Metropolitana de Lisboa às tipologias de operações supramencionadas.

A articulação entre a Autoridade de Gestão do PORLisboa, os Organismos Intermédios e o IFDR pode ser sistematizada no seguinte esquema:

⁵ Alterado e republicado pelo Decreto-Lei 74/2008, de 22 de Abril, e posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 99/2009, de 28 de Abril

Figura 1.4: Modelo de articulação



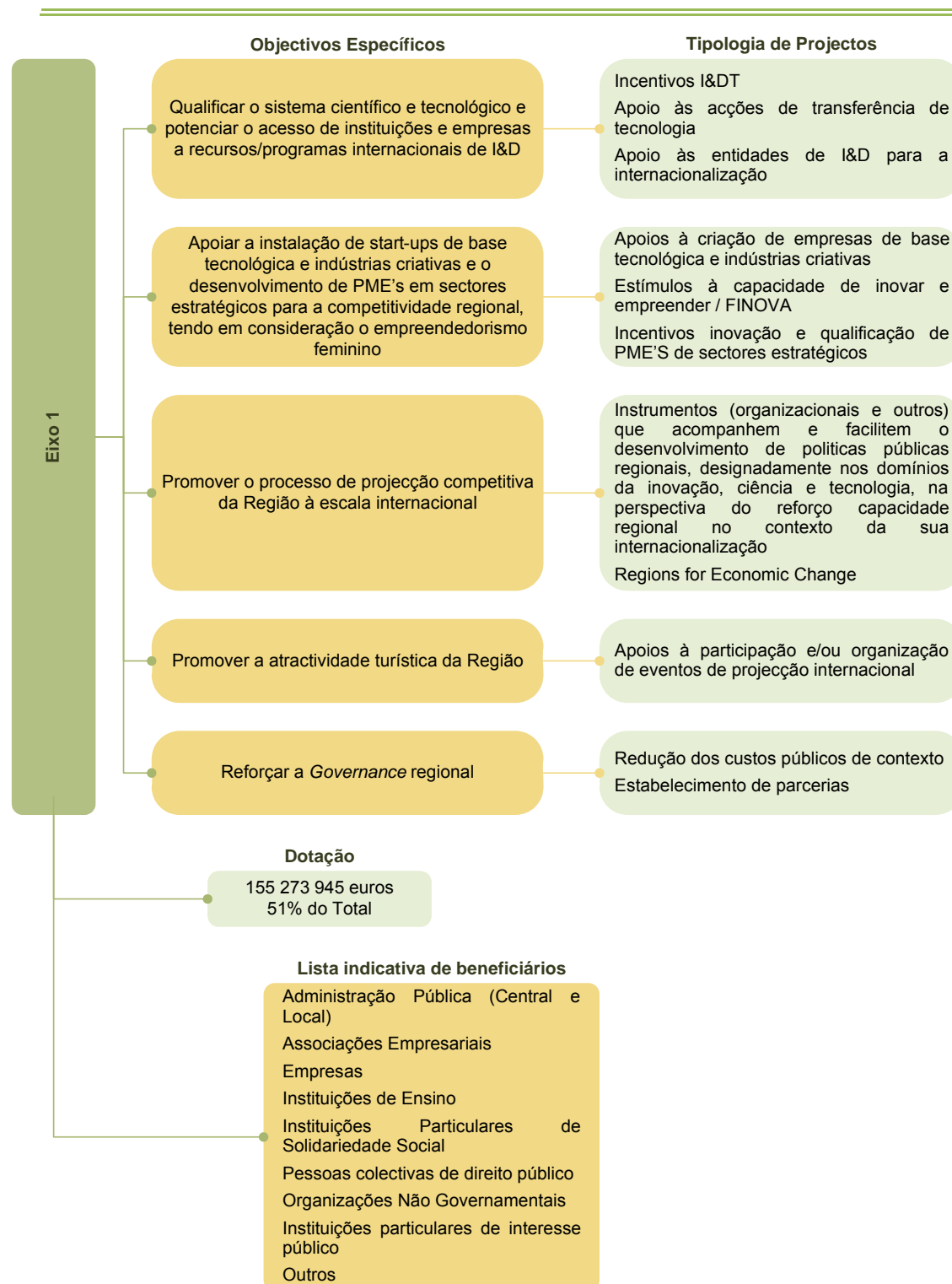
O PORLisboa estrutura-se em quatro eixos prioritários:

- Competitividade, Inovação e Conhecimento
- Valorização Territorial
- Coesão Social
- Assistência Técnica,

cujos objectivos específicos, tipologia de projectos, dotações e tipologia indicativa de beneficiários são os que seguidamente se apresentam:

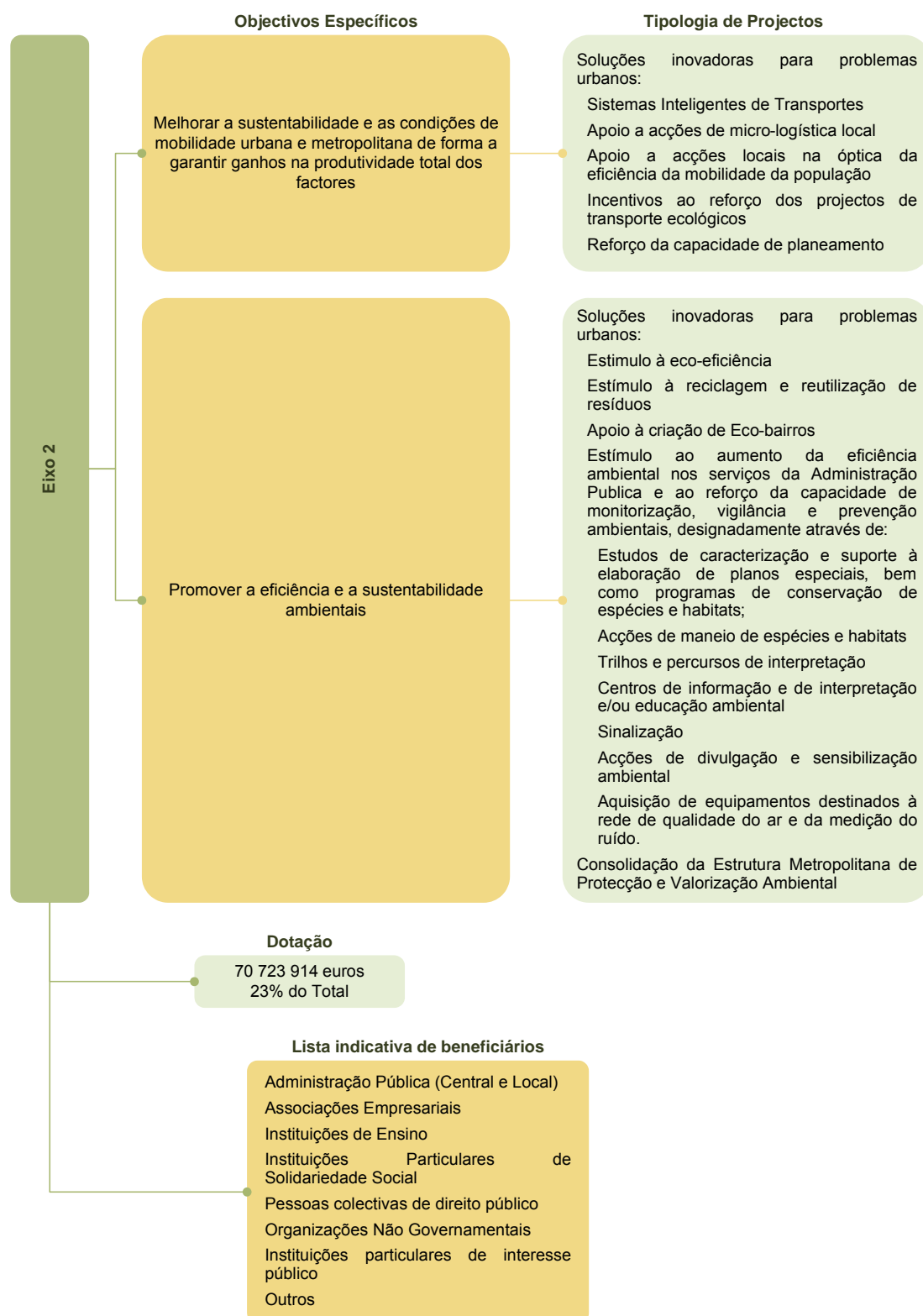
Eixo 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento

Figura 1.5: Eixo 1 do PORLisboa



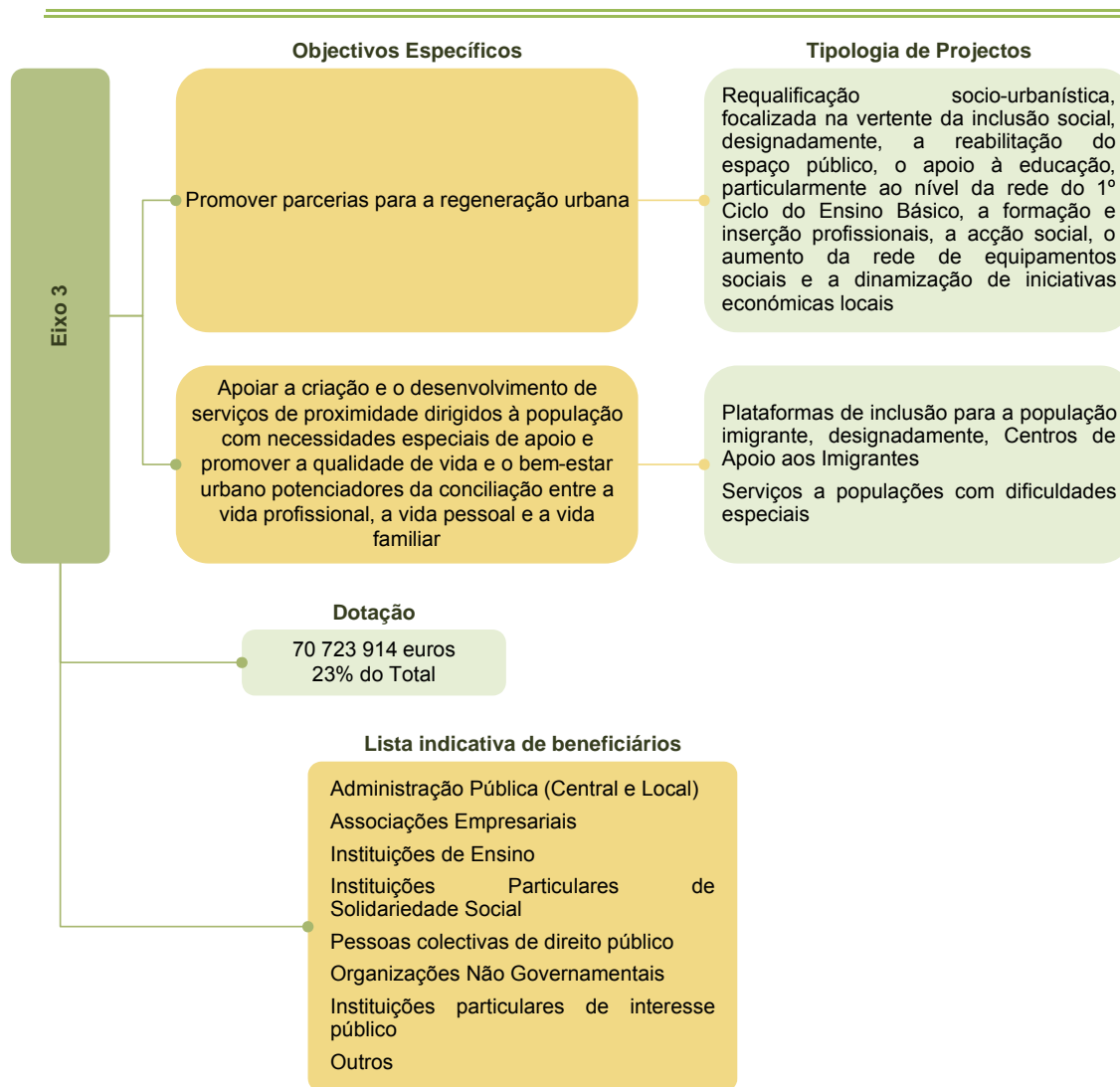
Eixo 2 – Valorização Territorial

Figura 1.6: Eixo 2 do PORLisboa



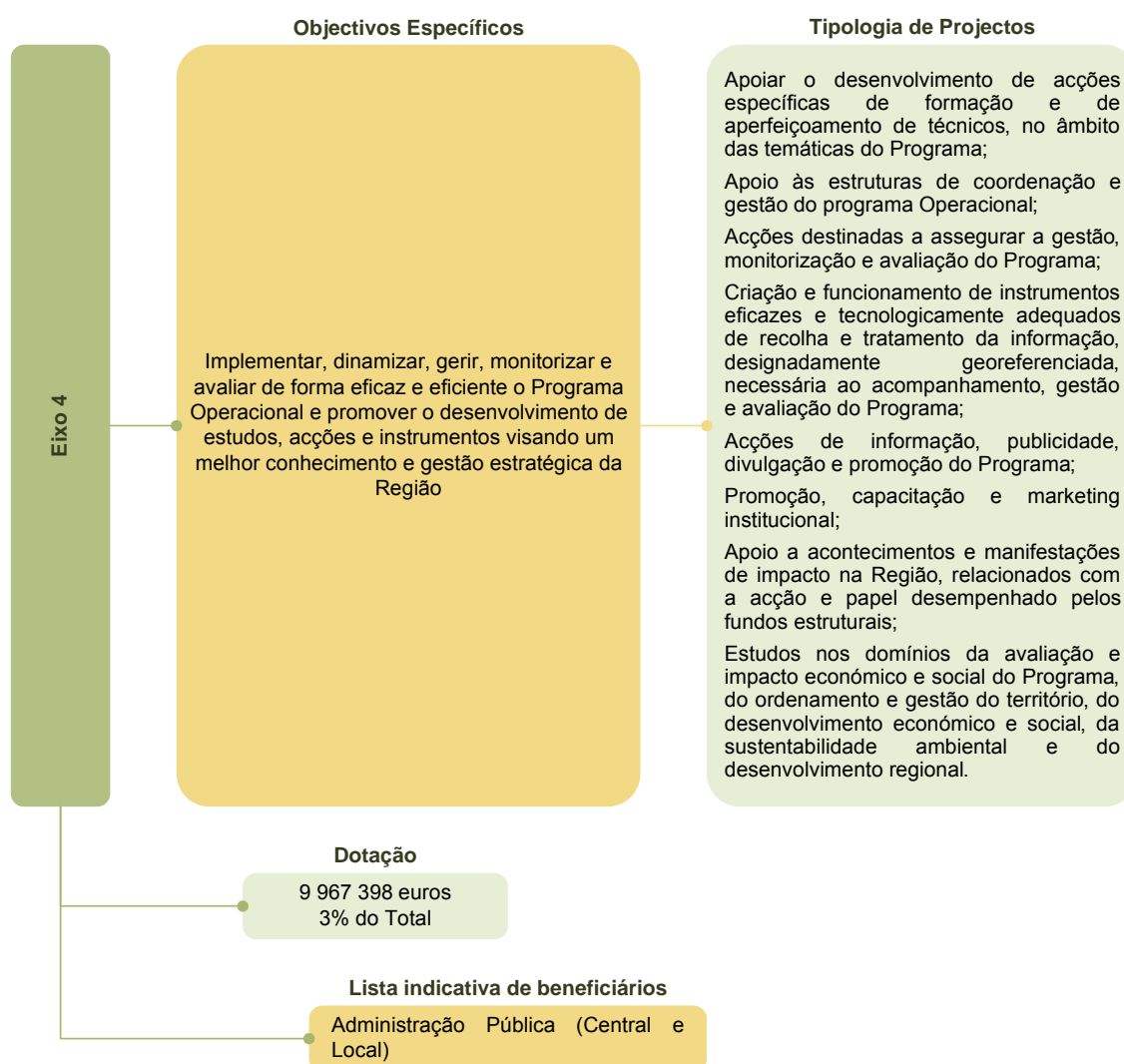
Eixo 3 – Coesão Social

Figura 1.7: Eixo 3 do PORLisboa



Eixo 4 – Assistência Técnica

Figura 1.8: Eixo 4 do PORLisboa



2. EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

2.1 Realização e Análise dos Progressos

2.1.1 Realização física do Programa Operacional

Quanto à implementação física, apresentam-se em seguida, na tabela 2.1, os indicadores Comuns Comunitários, também patentes no Anexo IV.B) do presente relatório de execução. Os dados aí indicados, tiveram por base a informação respeitante aos projectos contratados. Por outro lado, não foram considerados os indicadores que não têm aplicabilidade no POR Lisboa, atendendo aos regulamentos e tipologias de projectos passíveis de co-financiamento, designadamente indicadores com os códigos: 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 25, 26 e 29.

Quanto ao indicador com o código 30, embora conste da decisão do Programa face à natureza de projectos não vai ser passível de quantificação.

Relativamente aos indicadores constantes do PO (como não aplicáveis), designadamente com os códigos 22, 27 e 38, entendeu o Programa que dada a formula de cálculo dos mesmos e a tipologia das operações são possíveis de quantificação pelo que foram considerados no quadro 2.1 e Anexo IV.B).

Alguns indicadores constantes das tabelas e anexos, pela sua natureza de resultado, apenas poderão ser apurados após conclusão dos respectivos projectos, nomeadamente os indicadores com os seguintes códigos: 1, 2, 3, 6, 9, 24, 35 e 37.

Salientamos que, na fase de negociação do QREN e dos Programas Operacionais, foi acordado entre Portugal e a Comissão Europeia que não seriam definidas nem “metas” nem “valores de referência / situações de partida” para estes indicadores. Recentemente, começaram a ser discutidas metas globais a definir ao nível do QREN (FEDER e Fundo de Coesão), em função de propostas apresentadas pelas autoridades de gestão para cada indicador comum. Neste sentido, o presente relatório ainda não inclui valores para as citadas metas.

No que respeita à repartição da informação por género, a mesma será considerada após a conclusão / encerramento dos projectos, nomeadamente na informação a disponibilizar nos indicadores com os códigos 1 (Empregos criados); 9 (Empregos criados em projectos de apoio directo ao investimento das PME), 35 (Nº de empregos criados turismo) e 37 (Média por ano do Nº de alunos que beneficiam das intervenções).

Com execução física, ao nível dos indicadores comunitários, destacam-se as áreas temáticas de: Investigação e Desenvolvimento; Ajudas directas ao investimento nas PME; Sociedade de Informação; Transportes; Energias Renováveis; Ambiente; Prevenção de Riscos; Turismo; Educação; Reabilitação Urbana; Inclusão Social. A análise destas áreas será detalhada por Eixo Prioritário no Capítulo 3 deste relatório.

Quadro 2.1: Realização Física

Código	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)							
1	Empregos criados (empregos directos em tempo inteiro)	Realização					0
		Contratada					
		Metas					0
2	dos quais: homens	Valor de Referência					0
		Realização					0
		Contratada					
3	dos quais: mulheres	Metas					0
		Valor de Referência					0
		Realização					0
4	Nº de projectos de I&DT	Realização	35	78			78
		Contratada					
		Metas					0
5	Nº de projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	Valor de Referência					0
		Realização	7	28			28
		Contratada					
6	Empregos criados na investigação de investigação	Metas					0
		Valor de Referência					0
		Realização					0
7	Nº de projectos de apoio directo ao investimento das PME	Realização	311	787			787
		Contratada					
		Metas					0
8	Nº de novas empresas (start-up) apoiadas	Valor de Referência					0
		Realização	9	14			14
		Contratada					
9	Empregos criados em projectos de apoio directo ao investimento das PME	Metas					0
		Valor de Referência					0
		Realização					0
10	Investimento induzido (em milhões de euros)	Realização	116.2	239.17			239.17
		Contratada					
		Metas					0
11	Nº de projectos de sociedade de	Valor de Referência					0
		Realização	24	102			102
		Contratada					

Quadro 2.1: Realização Física

Código	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2015	Total
	informação)	Metas					0
		Valor de Referência					0
13	Nº de projectos (transportes)	Realização Contratada	1	3			3
		Metas					0
		Valor de Referência					0
22 **	Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	Realização Contratada		178 000			178 000
		Metas					0
		Valor de Referência					0
23	Nº de projectos (energias renováveis)	Realização Contratada	1	1			1
		Metas					0
		Valor de Referência					0
24	Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Realização Contratada					0
		Metas					0
		Valor de Referência					0
27 **	Nº de projectos de Resíduos Sólidos	Realização Contratada					0
		Metas					0
		Valor de Referência					0
28	Nº de projectos visando a melhoria da qualidade do ar	Realização Contratada	1	1			1
		Metas					0
		Valor de Referência					0
30 *	Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, Kt)	Realização Contratada					0
		Metas					0
		Valor de Referência					0
31	Nº de projectos (Prevenção de riscos)	Realização Contratada	7	7			7
		Metas					0
		Valor de Referência					0
32	População que beneficia de medidas de protecção contra cheias e inundações	Realização Contratada		256 883			256 883
		Metas					0
		Valor de Referência					0
33	População que beneficia de medidas de protecção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações)	Realização Contratada		983 067			983 067
		Metas					0
		Valor de Referência					0
34	Nº de projectos (Turismo)	Realização Contratada	1	8			8
		Metas					0
		Valor de Referência					0
35	Nº de empregos criados turismo (em equivalente tempo inteiro)	Realização Contratada					0
		Metas					0
		Valor de Referência					0
36	Nº de projectos (Educação)	Realização Contratada	14	46			46

Quadro 2.1: Realização Física

Código	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2015	Total
	Metas						0
	Valor de Referência						0
37	Nº de alunos que beneficiam das intervenções (média por ano)						0
	Realização Contratada						0
	Metas						0
	Valor de Referência						0
38 **	Nº de projectos (Saúde)						0
	Realização Contratada						0
	Metas						0
	Valor de Referência						0
39	Nº de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atractividade das cidades		2	35			35
	Realização Contratada						0
	Metas						0
	Valor de Referência						0
40	Nº de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias						0
	Realização Contratada						0
	Metas						0
	Valor de Referência						0
41	Nº de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social		14	50			50
	Realização Contratada						0
	Metas						0
	Valor de Referência						0

* Quanto a este indicador, apesar de estar considerado no texto do PO, considera-se como não aplicável ao Programa (a alterar aquando da reprogramação do PO)

** Quanto a este indicador, apesar de estar considerado no texto do PO como “*não se aplica*”, considera-se como aplicável ao Programa (a alterar aquando da reprogramação do PO)

Relativamente à análise dos indicadores Comuns Nacionais, constantes do Anexo I, observa-se uma evolução significativa face ao ano de 2008, do nível de execução física correspondente aos valores contratados pelo POR Lisboa.

No que concerne aos indicadores afectos à Agenda Operacional Factores de Competitividade, salientam-se um conjunto de intervenções já contratadas que terão um impacto directo no estímulo da qualificação do tecido produtivo, por via da inovação, do desenvolvimento tecnológico e do incentivo ao empreendedorismo, bem como na melhoria de diversas componentes da envolvente da actividade empresarial, com relevo para a redução dos custos públicos de contexto. Salientam-se neste caso os seguintes indicadores:

- ◆ **ICN-Tri-001** – Empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento (no âmbito dos sistemas de incentivos), totalizando no final de 2009, 145 empresas.
- ◆ **ICN-Anual-002** – "Empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento nos sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia, que totaliza 108 empresas beneficiárias.
- ◆ **ICN-Tri-002** – Investimento total nos projectos de apoio a empresas no âmbito dos sistemas de incentivos, que ascende a 142.188.642 euros correspondendo a um investimento elegível de 95.544.052 euros.
- ◆ **ICN-Tri-003** – Novas empresas/start-up apoiadas (no âmbito dos sistemas de incentivos), contabilizando no final de 2009, 14 novas empresas apoiadas, das quais 11 desenvolvem actividades em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia (**ICN-Tri-004**).
- ◆ **ICN-Anual-004** – Empresas apoiadas em sectores de produção transaccionável e internacionalizável, num total de 17 empresas.
- ◆ **ICN-Anual-009** – Garantias prestadas às PME, ascendiam a 567 garantias no âmbito dos apoios concedidos pelas Linhas de Crédito PME Investe I e II, o que corresponde a 572 empresas apoiadas através dos mecanismos de Engenharia Financeira, mais concretamente pelo regulamento SAFPRI (**ICN-Tri-005**).
- ◆ **ICN-Tri-006** – Investimento Total em I&DT, que a 31 de Dezembro de 2009, somava 80.424.283 euros e um correspondente Investimento Elegível de 55.057.141 euros.
- ◆ **ICN - Anual-012** – Investimento total em projectos de cooperação empresas-instituições de investigação, registou 24.088.606 euros e um correspondente Investimento elegível de 22.346.920 euros.
- ◆ Quanto aos Indicador **ICN-Tri-008** – lojas do cidadão, centros multi-serviços e balcões únicos e **ICN- AAE-001** – População servida lojas do cidadão, centros multi-serviços e balcões únicos, já se encontram contratualizadas 11 operações de balcões únicos do regulamento específico "Sistemas de apoio à Modernização Administrativa", correspondendo a uma população servida de 2 833 500 habitantes

Em relação à Agenda Valorização do Território, salientamos os seguintes indicadores:

- ◆ **ICN-Anual-022** – Operações de gestão activa de espaços protegidos e classificados, onde se encontram 2 operações contratualizadas nesta tipologia;

- ◆ **ICN-Tri-013** - Projectos contratados/concluídos de prevenção e gestão de Riscos naturais e tecnológicos, com 7 operações;
- ◆ **ICN - Anual-024** - População abrangida por Planos de emergência de protecção civil, com uma população abrangida de 1 239 950 habitantes;
- ◆ **ICN - Anual-025** - Protocolos de parceria para a regeneração urbana com 10 Planos de Acção com Protocolos contratados;
- ◆ **ICN - Anual-026** - Parceiros envolvidos nas parceria para a regeneração urbana com uma média de 7 parceiros por Protocolo contratado;
- ◆ **ICN - Anual-027** - População abrangida por operações de regeneração urbana com 243 509 habitantes referentes a operações contratadas, no âmbito do regulamento específico “Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana”
- ◆ **ICN-Tri-014** - Equipamentos sociais, Equipamentos desportivos, Equipamentos culturais (bibliotecas públicas, arquivos públicos, teatros e cineteatros, cinema digital e centros de arte contemporânea) estando contratados respectivamente 2, 3 e 2 equipamentos respeitantes a operações aprovadas no âmbito do regulamento específico “Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana”;
- ◆ **ICN - Anual-032** - População abrangida por equipamentos sociais, Equipamentos desportivos, Equipamentos culturais abrange respectivamente uma população de 17 000, 88 500 e 15 000 habitantes resultante das operações contratadas dos equipamentos referidos no indicador anterior ICN.Tri-014.

Em relação à Agenda Valorização do Território, salientamos os seguintes indicadores:

- ◆ **ICN-Tri-015**– Centros escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar construídos e/ou ampliados/requalificados, onde se encontram 46 operações contratadas nesta tipologia;
- ◆ **ICN-Anual-033** - Alunos abrangidos por centros escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar construídos e/ou ampliados/requalificados, abrangendo 12 546 alunos resultantes das 46 operações contratadas no indicador anterior.

2.1.2 Realização financeira do Programa Operacional**Aprovações e Taxas de Compromisso**

A 31 de Dezembro de 2009 o Programa tinha já aprovado um investimento total de 410 563 969 €, um investimento elegível de 289 992 386 €, uma despesa pública 229 439 757€ e um FEDER de 130 007 408 €.

| 23

A taxa de compromisso, no mesmo período, atingiu os 42% face ao total programado. Foi no Eixo 1 que se verificou uma maior taxa de compromisso, atingindo os 52% da dotação do Eixo. A taxa de compromisso obtida no Eixo 2 foi de 21%, no Eixo 3 foi de 44% e no Eixo 4 de 33%.

A repartição por Eixo prioritário encontra-se nos quadros seguintes, sendo sua análise detalhada no capítulo 3.

Quadro 2.2: Candidaturas aprovadas

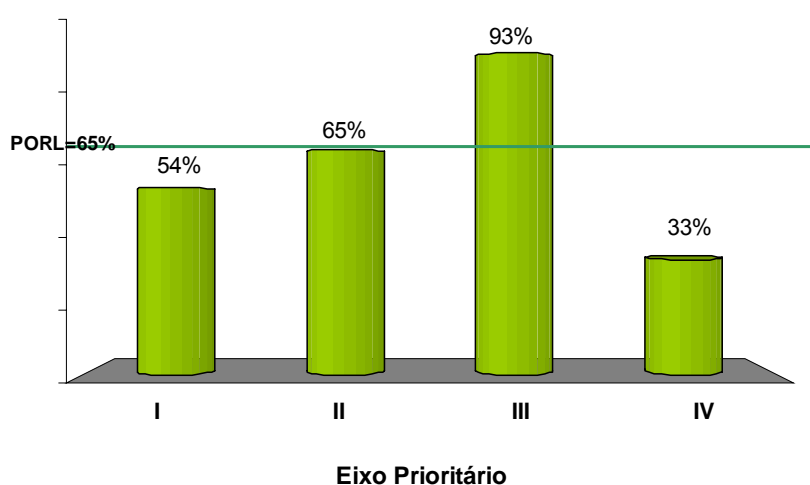
Eixo Prioritário	Candidaturas aprovadas (euros)			
	Custo total	Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo
Total	410 563 969	289 992 386	229 439 757	130 007 408
Eixo Prioritário 1	255 282 425	190 368 041	131 267 679	80 452 598
Eixo Prioritário 2	35 032 371	31 629 370	30 177 102	14 852 594
Eixo Prioritário 3	114 730 162	63 269 119	63 269 119	31 394 116
Eixo Prioritário 4	5 519 010	4 725 856	4 725 856	3 308 099

Quadro 2.3: Taxas de Compromisso por Eixo

Eixo	Fundo Programado	Fundo Aprovado	euros	
			Taxa Compromisso	
1	155 273 945	80 452 598	52%	
2	70 723 914	14 852 594	21%	
3	70 723 914	31 394 116	44%	
4	9 967 398	3 308 099	33%	
POR L	306 689 171	130 007 408	42%	

Se tivermos em consideração a globalidade dos montantes aprovados com Planos de Acção e Planos Estratégicos, decorrentes da “Política das Cidades”, verificamos que, face à programação financeira, no final do ano de 2009, o PORL tinha já comprometido 65% da dotação FEDER disponível, conforme gráfico seguinte:

Gráfico 2.1: Taxas de Compromisso por Eixo com Planos de Acção



Execução Financeira e Pagamentos aos beneficiários

O total de despesas pagas pelo beneficiário, ou seja o total do investimento elegível executado, até ao fim do ano 2009, atingiu os 40,6 milhões de euros, correspondendo-lhe uma contribuição pública de 39,9 milhões de euros e um FEDER de 20,7 milhões de euros. A taxa de realização financeira, face ao aprovado, para o total do Programa foi de 16%.

Durante o ano de 2009 foram efectuados pagamentos aos beneficiários no montante FEDER de 26 222 013 euros, correspondendo a uma taxa de 20% do aprovado.

Estas taxas de realização e pagamento, face ao aprovado, tiveram um grande incremento face ao que se tinha verificado no ano 2008, onde estas taxas apenas atingiram os 0,6% e 2,3% respectivamente.

Do valor total transferido pela Comissão Europeia, no montante de 23 001 688 euros, foi já certificado aos serviços comunitários, no ano 2009, o montante de 3 758 964 euros, correspondendo a 16% do pré-financiamento atribuído.

O montante certificado à Comissão Europeia refere-se ao 1º PPI efectuado em 31/10/2009, com um total de despesas pagas pelos beneficiários no valor de 8 220 149,64 €.

Os citados montantes encontram-se desagregados por Eixo no quadro e tabela seguintes:

Quadro 2.4: Fundo Executado e Pago

euros				
Eixo Prioritário	Fundo Executado	Fundo Pago	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de pagamento (PG/AP)
Total PO (FEDER)	20 650 922	26 222 013	16%	20%
Eixo Prioritário 1	14 922 706	17 350 631	19%	22%
Eixo Prioritário 2	559 997	552 021	4%	4%
Eixo Prioritário 3	4 422 348	7 368 146	14%	23%
Eixo Prioritário 4	745 872	951 215	23%	29%

Quadro 2.5: Realização Financeira

Un:€				
Eixo Prioritário	Despesas pagas pelos beneficiários ¹	Contribuição pública correspondente	Despesas pagas aos beneficiários ²	Total dos pagamentos recebidos da Comissão
Eixo Prioritário 1	29 554 964	28 830 061	17.350.631	
FEDER	29 554 964	28 830 061	17.350.631	0
Despesas correspondentes à intervenção do FSE	n.d.	n.d.	n.d.	
Eixo Prioritário 2	1 119 993	1 119 993	552 021	0
FEDER	1 119 993	1 119 993	552 021	
Eixo Prioritário 3	8 844 695	8 844 695	7 368 146	0
FEDER	8 844 695	8 844 695	7 368 146	
Eixo Prioritário 4	1 065 531	1 065 531	951 215	0
FEDER	1 065 531	1 065 531	951 215	
Total PO	40 585 183	39 860 280	26.222.013	23 001 688
Total das regiões que beneficiam de apoio transitório no total geral				
Total das regiões que não beneficiam de apoio transitório no total geral	40 585 183	39 860 280	26.222.013	23 001 688
Total das despesas correspondentes à intervenção do FSE no total geral				

1- Despesas pagas pelos beneficiários incluídas no pedido de pagamento enviado à Autoridade de Gestão. Corresponde a Custo Total Elegível Executado.
2- Despesas pagas pelo organismo responsável pelo pagamento aos beneficiários, com base em informação a fornecer pela Entidade Pagadora (IFDR / OI).

O n.º 2 do artigo 34.º do Regulamento (CE) 1083/ 2006 determina que se podem financiar com o FEDER, de forma complementar e até um limite de 10% do financiamento comunitário de cada Eixo Prioritário de um Programa Operacional, operações que sejam abrangidas pelo âmbito de intervenção do FSE.

Conforme apresentado no ponto 2.6.1, ilustrado no Quadro 2.14, em 2009 foram apoiadas 18 operações num total de FEDER aprovado que ascende a 792 mil euros, na área da Formação Profissional, no âmbito dos Regulamentos dos Sistemas de Incentivos às Empresas, no Eixo 1 do PORLisboa. Os valores de realização financeira correspondentes apresentam-se a zero devido à ausência de pagamentos/execução no Sistema de Informação.

2.1.3 Informação sobre a repartição da utilização dos fundos

Aprovações por Forma de Financiamento

Durante o ano de 2009, no que respeita às formas de financiamento a maior parte dos Projectos integram ajudas não reembolsáveis e, tendo-se registado execução em ajudas não reembolsáveis e Ajuda (Empréstimo). A parte referente a Ajudas (empréstimo, bonificação de juros, garantias) aplica-se aos projectos do Eixo 1 dos Sistemas de Incentivos.

Quadro 2.6: Repartição da contribuição comunitária por dimensão Formas de Financiamento

Código	Designação	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante €	Montante €	Tx EX/AP
1	Ajuda não reembolsável	339	116 742 494	19 500 116	16.7%
2	Ajuda (empréstimo, bonificação de juros, garantias)	28	13 264 913	1 150 807	8.7%
3	Capital de risco (participação, fundo de capital de risco)				
4	Outras formas de financiamento				
	TOTAL	367	130 007 408	20 650 922	16%

Aprovações por Tipo de Território

Quanto à repartição da contribuição comunitária por dimensão tipo de Território é toda enquadrada em Aglomeração Urbana.

Quadro 2.7: Repartição da contribuição comunitária por dimensão Tipo de Território

Código	Designação	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante €	Montante €	Tx EX/AP
01	Aglomeração urbana	367	130 007 408	20 650 922	16%
02	Zona de montanha				
03	Ilhas				
04	Regiões de fraca e muito fraca densidade populacional				
05	Zonas rurais (que não montanhas, ilhas, ou zonas de fraca e muito fraca densidade populacional)				
06	Antigas fronteiras externas da UE (após 30.04.2004)				
07	Região ultraperiférica				
08	Zona de cooperação transfronteiriça				
09	Zona de cooperação transnacional				
10	Zona de cooperação inter-regional				
00	Não aplicável				
	TOTAL	367	130 007 408	20 650 922	16%

Aprovações por Actividade Económica

Durante o ano de 2009, no que respeita à Actividade económica os montantes aprovados e executados encontram-se distribuídos na Tabela e gráficos seguintes:

Quadro 2.8: Repartição da contribuição comunitária por dimensão Actividade Económica

Código	Designação	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante €	Montante €	Tx EX/AP
01	Agricultura, caça e silvicultura				
02	Pesca				
03	Indústrias alimentares e das bebidas	2	1 200 944		0%

Quadro 2.8: Repartição da contribuição comunitária por dimensão Actividade Económica

Código	Designação	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante €	Montante €	Tx EX/AP
04	Fabrico de têxteis e produtos têxteis	2	1 918 324	654 838	34%
05	Construção de material de transporte	4	3 769 019		0%
06	Indústrias transformadoras diversas	29	10 309 676	1 218 923	12%
07	Extracção de produtos energéticos				
08	Produção e distribuição de electricidade, gás, vapor e água quente	1	1 246 431		0%
09	Captação, tratamento e distribuição de água				
10	Correios e telecomunicações				
11	Transportes	6	1 212 587	46 271	4%
12	Construção	17	6 150 280	454 325	7%
13	Comércio por grosso e a retalho	14	2 096 834	169 109	8%
14	Hotéis e restaurantes				
15	Actividades financeiras				
16	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	130	34 768 803	4 948 989	14%
17	Administração pública	49	14 825 868	7 923 892	53%
18	Educação	46	26 565 351	4 422 348	17%
19	Actividades de saúde humana				
20	Ação social e serviços colectivos, sociais e pessoais	6	873 050		0%
21	Actividades associadas ao ambiente	38	10 306 474	60 735	1%
22	Outros serviços não especificados	18	11 651 412	5 623	0%
00	Não aplicável	5	3 112 352	745 872	24%
TOTAL		367	130 007 408	20 650 922	16%

Verificou-se a predominância nas seguintes actividades económicas, em termos de montantes aprovados:

- Actividades Imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas – 27%;
- Educação – 20%;
- Administração Pública – 11%

Figura 2.1: Fundo aprovado / Executado por dimensão Actividade económica (códigos 1 a 11)

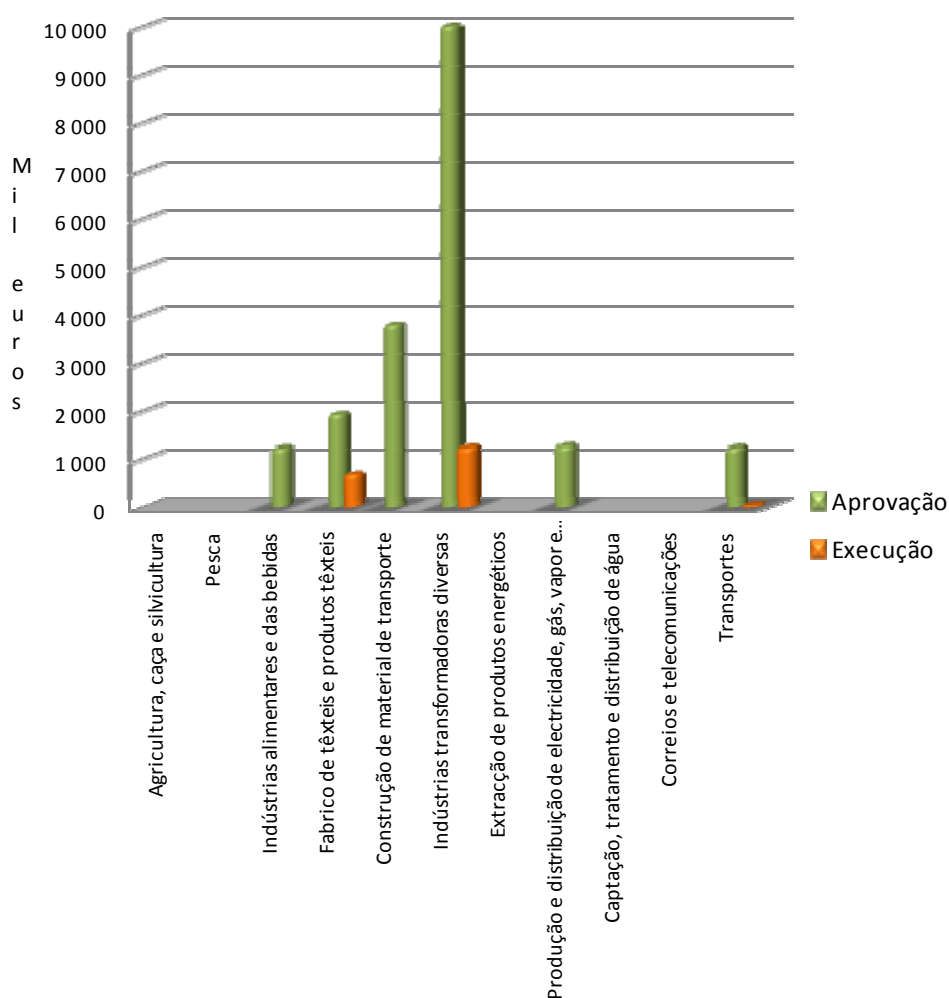
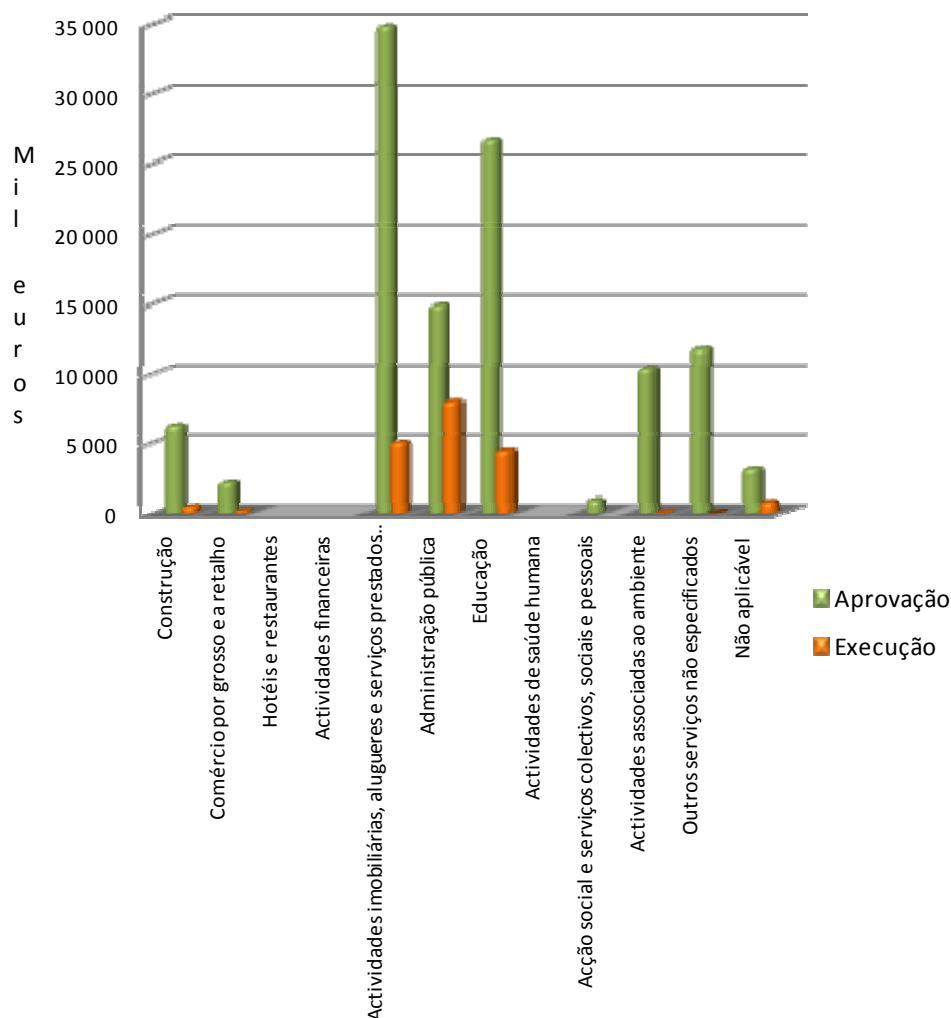


Figura 2.2: Fundo aprovado / Executado por dimensão Actividade económica (códigos 12 a 22)



Aprovação e execução por NUTS III

Até ao final do ano de 2009, verificou-se que:

Na NUTS III correspondente à Grande Lisboa, foram aprovados 244 projectos, com um total de FEDER de 69.061.234€ o que corresponde a 53% do montante FEDER total aprovado para a Região de Lisboa, nesse mesmo período.

Para a NUTS III correspondente à Península de Setúbal, foram aprovados 99 projectos, com um montante de 38.416.124 € de FEDER, os quais representam 30% do total aprovado.

Relativamente a operações de carácter Não Regionalizável, ou seja, cujos investimentos podem abranger mais do que um concelho ou NUT, foram aprovados 24 projectos, com um FEDER de 22.530.049 €, representando 17% do total FEDER aprovado na Região de Lisboa.

A distribuição do número de operações e respectivo financiamento FEDER aprovado, na totalidade da Região, está patente no quadro e gráficos seguintes.

Quadro 2.9: Aprovação por NUTS III

NUT	Aprovações			
	Nº Projs	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário
Total Programa Operacional	367	289.992.386	229.439.757	130.007.408
Grande Lisboa	244	141.258.063	97.603.687	69.061.234
Península de Setúbal	99	81.162.590	65.154.714	38.416.124
Não regionalizável	24	67.571.733	66.681.356	22.530.049

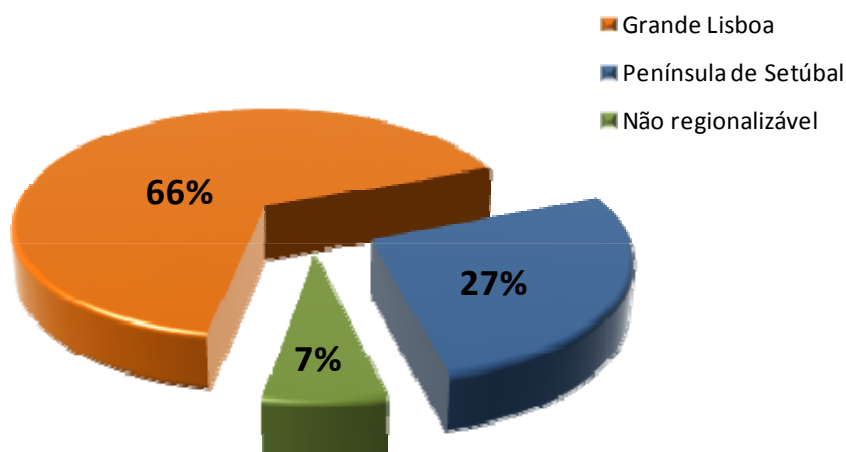
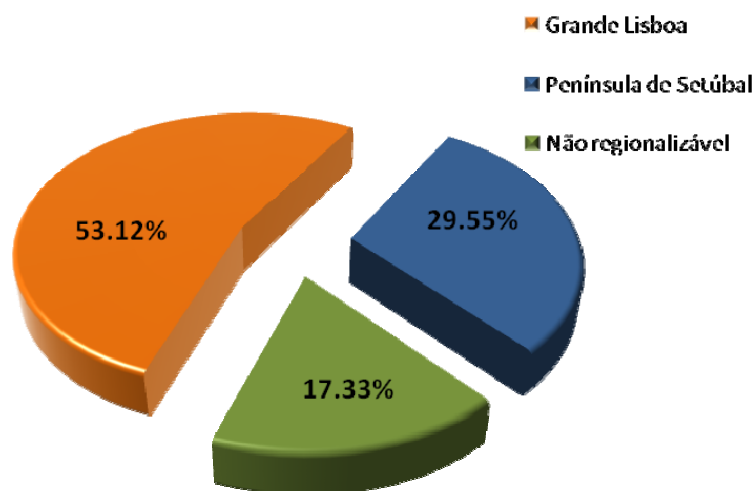
Gráfico 2.2: Operações aprovadas por NUTS III (%)

Gráfico 2.3: Aprovação de Fundo por NUTS III (%)



No que respeita à execução financeira, verifica-se que:

Na Grande Lisboa, foi executado um montante FEDER 9.733.330€, correspondendo a 47% de total executado para a Região de Lisboa, sendo a taxa de execução face à aprovação de 14%.

Para a NUTS III correspondente à Península de Setúbal, foi executado o montante de 3.650.343€ de FEDER, os quais representam 18% do total executado, com uma taxa de execução / aprovação de 10%.

Relativamente a operações de carácter Não Regionalizável, o FEDER executado foi de 7.267.249€, representando 35% do total executado, com uma taxa de execução / aprovação de 32%. Importa ressaltar que os valores de aprovação e execução apresentados para a parte não regionalizáveis incluem a operação das Linhas PME Investe I e II do regulamento SAFPRI, que representam a quase totalidade dos valores de execução e de aprovação apresentados.

O quadro e gráficos seguintes ilustram a repartição da execução financeira na Região e respectivos pesos percentuais:

Quadro 2.10: Execução por NUTS III

NUTS	Execução			
	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Tx EX/AP (Fundo)
Total Programa Operacional	40.585.183	39.860.280	20.650.922	16%
Grande Lisboa	14.453.897	13.731.312	9.733.330	14%
Península de Setúbal	6.020.368	6.018.050	3.650.343	10%
Não regionalizável	20.110.918	20.110.918	7.267.249	32%

Gráfico 2.4: Execução de Fundo por NUTS III (%)

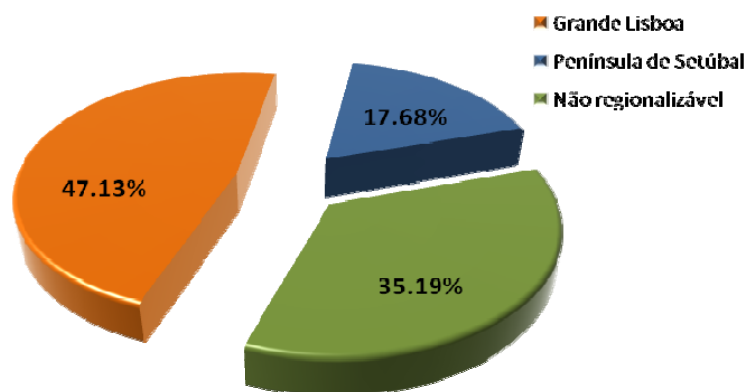
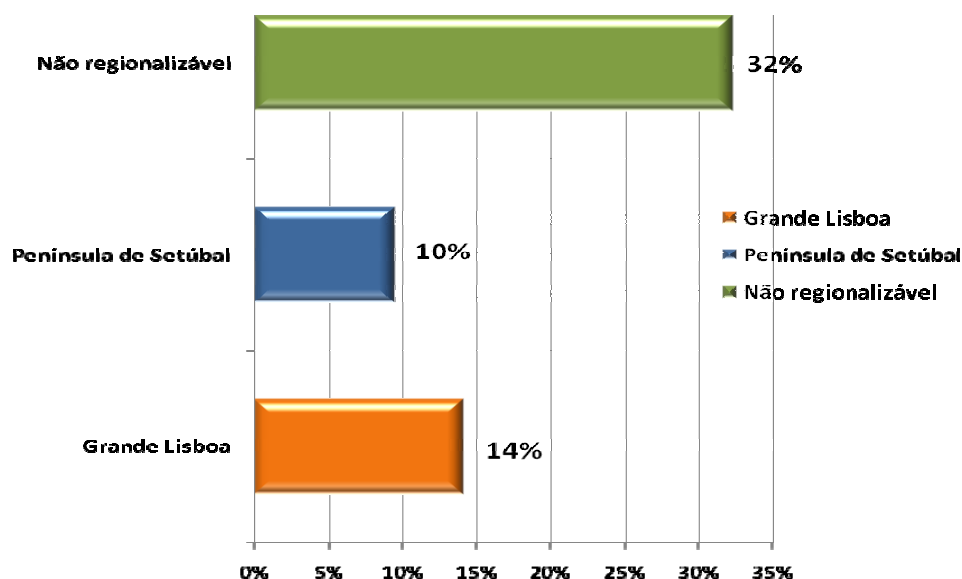


Gráfico 2.5: Execução / Aprovação por NUTS III (%)



2.1.4 Informação sobre o apoio comunitário por grupos alvo

No caso do Eixo 1, as empresas são os principais grupos alvo, definidas sob a forma “de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica”, tendo também um papel relevante as entidades abrangidas pelo Sistema Científico e Tecnológico Nacional enquanto parceiras nos projectos afectos ao SI I&DT.

As entidades da Administração Pública Central e Local e respectivas associações e outras pessoas colectivas de direito público (ex: CCDRLVT, Municípios, Juntas de Freguesia, Associações de Municípios, Área Metropolitana e institutos públicos), caracterizam os restantes grupos alvo do Eixo 1.

Efectivamente, as empresas representam 79% das operações e 71% do FEDER aprovado no Eixo 1 do PORL. As entidades privadas sem fins lucrativos têm um papel pouco expressivo no âmbito do Eixo 1, representando apenas 2% das operações e 1% do FEDER aprovado. As entidades públicas são beneficiárias de 19% das operações e 29% do FEDER aprovado.

No que se refere aos Eixos da Sustentabilidade Territorial (Eixo 2) e da Coesão Social (Eixo 3), os municípios têm assumido um papel preponderante, designadamente ao nível das Parcerias para a Regeneração Urbana, enquanto líderes dos respectivos Programas de Acção e Parcerias Locais, bem como da Requalificação da Rede Escolar, na vertente do pré-escolar e 1º ciclo, onde são significativas as competências municipais.

Este facto está patente, quer no volume de candidaturas já aprovadas, quer nos respectivos montantes FEDER atribuídos, aos municípios. Com efeito, o número de candidaturas aprovadas cujo beneficiário é o município representa cerca de 76% do número total de candidaturas aprovadas nos Eixos 2 e 3, representando 85% do total de FEDER nestes eixos.

2.1.5 Apoio restituído ou reutilizado

No PORLisboa não se registaram quaisquer ocorrências na sequência da anulação total ou parcial por motivo de irregularidades verificadas durante a implementação do Programa Operacional, tal como previsto no n.º 2 do artigo 98.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006.

2.1.6 Análise qualitativa

Tomando como referência os objectivos e metas fixados no início do período de programação, e a repartição de despesas por Categoria de despesas e Tema prioritário, apresenta-se no quadro seguinte os montantes previstos no PORLisboa e a aprovação até 31 de Dezembro de 2009.

Salientamos que nas tabelas não foram considerados os temas que não têm aplicabilidade ou dotação afectada no POR Lisboa.

Quadro 2.11: Temas Prioritários e Earmarking

Código	Designação	Componente Fundo (euros)		
		Programação	Aprovação	
			Montante	Tx AP/PR
Investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT), inovação e empreendedorismo				
1	Actividades de I&DT em centros de investigação	10 326 235		
2	Infra-estrutura de I&DT e centros de competência numa dada tecnologia	17 652 469		
3	Transferência de tecnologia e melhoria de redes de cooperação...	10 326 235	13 023 912	126%
4	Ajuda à I&DT, particularmente nas PME	10 326 235	21 443 660	208%

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO 2009



Código	Designação	Componente Fundo (euros)		
		Programação	Aprovação	
			Montante	Tx AP/PR
	(incluindo acesso a serviços.....			
5	Serviços de apoio avançado a empresas e grupos empresariais	5 163 117	1 331 741	26%
6	Ajuda às PME para promoção de produtos e processos produtivos eco...	20 652 469		
7	Investimento em empresas directamente relacionadas com investigação	25 097 870	3 812 676	15%
8	Outros investimentos nas empresas	5 163 117	17 691 734	343%
9	Outras medidas para estimular a investigação e inovação e o espírito...	30 978 704	7 804 013	25%
Sociedade da Informação				
13	Serviços e aplicações para os cidadãos (ciber-saúde, ciber-governo,...	6 978 705	12 487 995	179%
14	Serviços e aplicações para as PME (ciber-comércio, educação...	2 065 247		
15	Outras medidas para melhorar o acesso e o uso eficiente das TIC...	2 065 247		
Transportes				
26	Transportes multimodais	1 032 623	1 599 109	155%
28	Sistemas de transportes inteligentes	5 163 117		
Energia				
43	Eficiência energética, co-geração, gestão da energia	5 679 429		
Protecção do ambiente e prevenção de riscos				
44	Gestão dos resíduos privados e industriais	2 163 117		
47	Qualidade do ar	4 032 623	299 054	7%
50	Reabilitação de sítios industriais e áreas contaminadas	10 326 235		
51	Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo Natura...	10 163 117	1657122.66	16%
52	Promoção de transportes urbanos limpos	5 326 235	897 015	17%
53	Prevenção de riscos (...)	2 163 117	293 806	14%
54	Outras medidas para preservar o ambiente e prevenir riscos	516 312	1 951 151	378%
Turismo				
55	Promoção dos recursos naturais	2 163 117	3 521 967	163%
56	Protecção e desenvolvimento do património natural	2 163 117	215 625	10%
57	Outras ajudas para melhorar os serviços de turismo	3 163 117	299 394	9%
Actividades culturais				
58	Protecção e conservação e valorização do património cultural	4 597 870	250 000	5%
59	Desenvolvimento de infra-estruturas culturais	2 032 623		
60	Outras ajudas para melhorar os serviços culturais	3 065 247	225 540	7%
Reabilitação urbana e rural				
61	Projectos integrados de recuperação urbana e rural	29 809 139	6 310 586	21%
Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários				
62	Desenvolvimento de sistemas e estratégias de aprendizagem ao longo...	1 187 508	233 063	20%
63	Concepção e divulgação de formas inovadoras e mais produtivas...	188 453		

Código	Designação	Componente Fundo (euros)		
		Programação	Aprovação	
			Montante	Tx AP/PR
Melhorar o acesso ao emprego e a sustentabilidade				
67	Medidas de incentivo ao envelhecimento em actividade e...	516 312		
69	Medidas para melhorar o acesso ao emprego e aumentar a participação...	516 312		
70	Ações específicas para fomentar a participação dos migrantes...	1 032 623		
Melhorar o capital humano				
74	Desenvolver o potencial humano no domínio da investigação e inovação...	516 312		
Investimento em infra-estruturas sociais				
75	Infra-estruturas educativas	24 782 963	26 565 351	107%
77	Infra-estruturas de assistência à criança	6 195 741		
78	Infra-estrutura de habitação	5 163 117		
79	Outras infra-estruturas sociais	5 163 117	1 927 926	37%
Mobilização para as reformas nos domínios do emprego e da inclusão				
80	Promoção de parcerias, pactos e iniciativas através da criação de redes...	7 228 364		
Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local				
81	Mecanismos para promover boas políticas e melhorar a concepção...	3 875 146	2 856 867	74%
Assistência técnica				
85	Preparação, execução, acompanhamento e inspecção	6 980 440	3 235 308	46%
86	Avaliação e estudos; Informação e comunicação	2 986 958	72 791	2%
Total Temas Prioritários		306 689 171	130 007 408	42%
Total EARMARKING		220 677 170	111 895 552	51%

Fazendo uma análise por categoria de despesa verifica-se que nas seguintes categorias não existe qualquer aprovação:

- Energia;
- Melhorar o acesso ao emprego e a sustentabilidade;
- Melhorar o capital humano;
- Mobilização para as reformas nos domínios do emprego e da inclusão

Destas categorias de despesas correspondem a despesas Earmarking:

- “Energia” com cerca de 5,68 milhões de euros programados no tema 43 - Eficiência energética, co-geração, gestão da energia. Salienta-se que esta tipologia será objecto de abertura de concurso no ano 2010, pelo que se prevê a aprovação de candidaturas neste domínio, embora com um montante menos expressivo

- na categoria “Melhorar o acesso ao emprego e a sustentabilidade” com cerca de 2,07 milhões de euros programados, distribuídos pelos temas 67 - Medidas de incentivo ao envelhecimento em actividade e..., 69 - Medidas para melhorar o acesso ao emprego e aumentar a participação..., 70 - Acções específicas para fomentar a participação dos migrantes... ;
- na categoria “Melhorar o capital humano” com cerca de 0,5 milhões de euros programados, no tema 74 - Desenvolver o potencial humano no domínio da investigação e inovação...

Em termos de aprovação verifica-se que o tema 3 – “Transferência de tecnologia e melhoria de redes de cooperação...” apresenta uma taxa de 126% face ao programado, o tema “4 - Ajuda à I&DT, particularmente nas PME (incluindo acesso a serviços.....” apresenta uma taxa de 208%, o tema 8 – “Outros investimentos nas empresas” cerca de 343%; o tema 13 – “Serviços e aplicações para os cidadãos (ciber-saúde, ciber-governo,...”, cerca de 179%; o Tema 75 – “Infra-estruturas educativas” cerca de 107%.

Em termos globais as despesas Earmarking aprovadas correspondem a cerca de 51% do Programado.

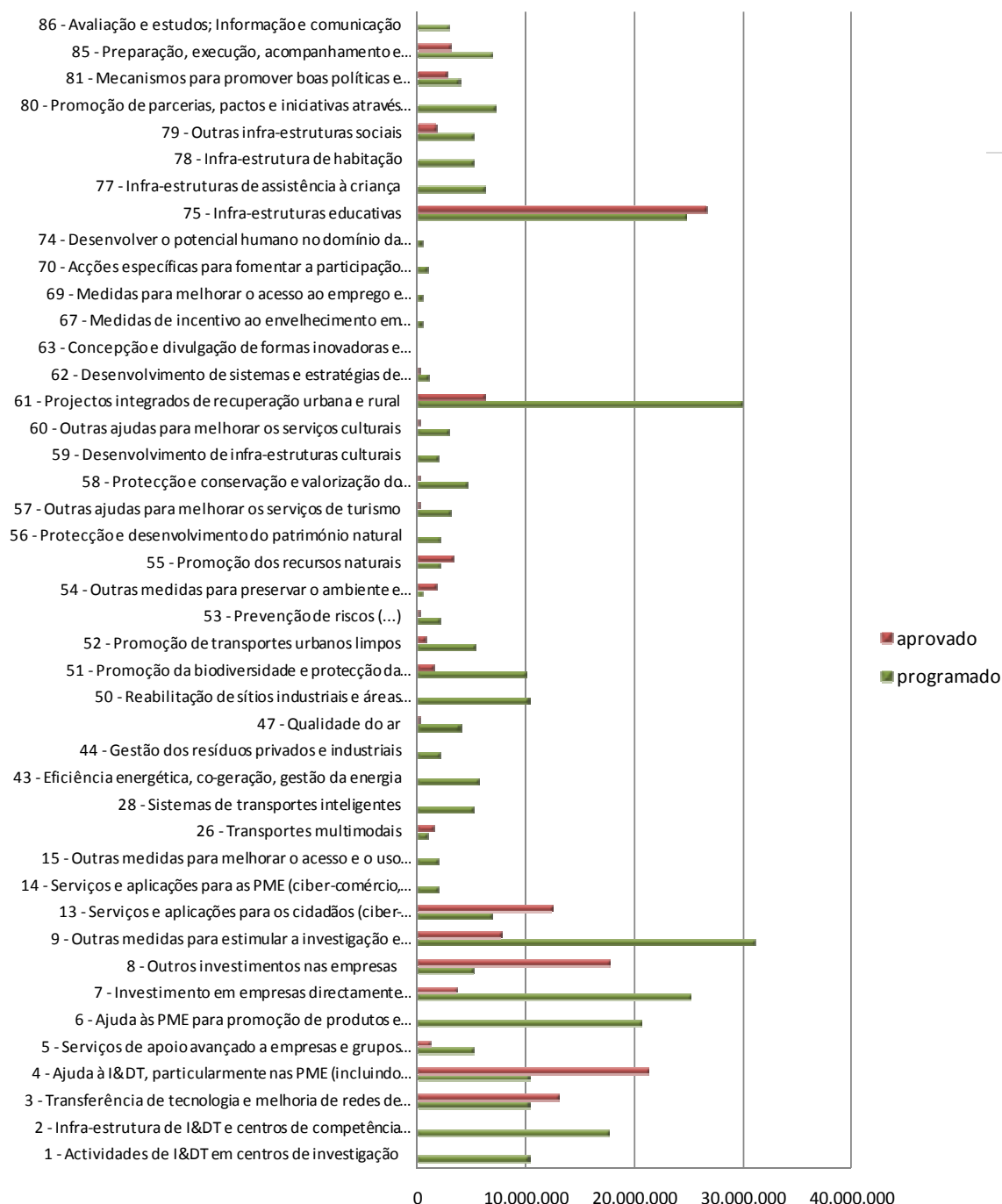
É ainda de salientar os temas prioritários com taxas superiores a 100% do programado, designadamente:

- 26 - Transportes multimodais, com 155%. Salienta-se no se refere ao tema 28 - Sistemas de transportes inteligentes, ainda não se registou qualquer aprovação e, atendendo à procura demonstrada, com dificuldade será alcançada.
- 54 - Outras medidas para preservar o ambiente e prevenir riscos, com 378%. Tendo em consideração as tipologias e montantes afectos à região de Lisboa, a área temática “**Protecção do ambiente e prevenção de riscos**” foi especialmente preenchida no tema mais global, que é o 54 - Outras medidas para preservar o ambiente e prevenir riscos, assumindo já as aprovações 378% do programado. Em contrapartida, os restantes temas deste domínio ficam aquém do previsto, prevendo-se a necessidade de alterar os montantes afectos ao POR Lisboa nos temas 44 - Gestão dos resíduos privados e industriais e 50 - Reabilitação de sítios industriais e áreas contaminadas.
- 55 - Promoção dos recursos naturais, com 163%. Salientamos que a área temática “**Turismo**”, que inclui os temas 55, 56 e 57, deve ser avaliada no seu conjunto, uma vez a especificidade das candidaturas aprovadas não permite muitas vezes a sua individualização inequívoca.

Salientamos ainda as seguintes áreas temáticas:

- Actividades culturais: Temas 58, 59 e 60, embora a sua aprovação esteja aquém do programado prevê-se ainda a abertura de concursos neste domínio.
- Melhorar o acesso ao emprego e a sustentabilidade: Tema 70, prevê-se que a abertura do concurso do Regulamento “Equipamentos para a Coesão Local” possa contribuir parcelarmente para este tema.
- Investimento em infra-estruturas sociais: Como é demonstrado ao longo do presente relatório o investimento em infra-estruturas educativas, tema 75, foi superado. No que respeita aos temas 77 e 78 prevê-se que a sua concretização seja significativamente inferior ao programando.

Gráfico 2.6: Programado/ Aprovado por tema prioritário



Quadro 2.12: Aprovações e execução por dimensão Tema Prioritário (contribuição comunitária)

Código	Designação do Tema Prioritário	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante €	Montante €	Tx EX/AP
Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo					
01	Actividades de I&DT em centros de investigação				
02	Infra-estrutura de I&DT e centros de competência numa dada tecnologia				
03	Transferência de tecnologia e melhoria de redes de cooperação...	26	13 023 912.14	1 570 572.16	12%
04	Ajuda à I&DT, particularmente nas PME (incluindo acesso a serviços.....	59	21 443 660.18	3 243 446.51	15%
05	Serviços de apoio avançado a empresas e grupos empresariais	2	1 331 741.33		0%
06	Ajuda às PME para promoção de produtos e processos produtivos eco...				
07	Investimento em empresas directamente relacionadas com investigação	19	3 812 675.71	345 786.42	9%
08	Outros investimentos nas empresas	89	17 691 733.89	1 839 009.67	10%
09	Outras medidas para estimular a investigação e inovação e o espírito...	1	7 804 013.20	7 172 300.00	92%
Sociedade da informação					
13	Serviços e aplicações para os cidadãos (ciber-saúde, ciber-governo,...	36	12 487 994.99	257 681.78	2%
14	Serviços e aplicações para as PME (ciber-comércio, educação...				
15	Outras medidas para melhorar o acesso e o uso eficiente das TIC...				
Transportes					
26	Transportes multimodais	2	1 599 109.06	46 270.74	3%
28	Sistemas de transportes inteligentes				
Energia					
43	Eficiência energética, co-geração, gestão da energia				
Protecção do ambiente e prevenção de riscos					
44	Gestão dos resíduos privados e industriais				
47	Qualidade do ar	3	299 054.20	48 678.26	16%
50	Reabilitação de sítios industriais e áreas contaminadas				
51	Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo Natura...	2	1 657 122.66		0%

Quadro 2.12: Aprovações e execução por dimensão Tema Prioritário (contribuição comunitária)

Código	Designação do Tema Prioritário	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante €	Montante €	Tx EX/AP
52	Promoção de transportes urbanos limpos	1	897 015.06	454 324.80	51%
53	Prevenção de riscos (...)	7	293 806.22	5 622.75	2%
54	Outras medidas para preservar o ambiente e prevenir riscos	15	1 951 150.99	5 100.00	0%
Turismo					
55	Promoção dos recursos naturais	4	3 521 966.94		0%
56	Protecção e desenvolvimento do património natural	4	215 625.00		0%
57	Outras ajudas para melhorar os serviços de turismo	1	299 394.00		0%
Actividades culturais					
58	Protecção e conservação e valorização do património cultural	1	250 000.00		0%
59	Desenvolvimento de infra-estruturas culturais				
60	Outras ajudas para melhorar os serviços culturais	2	225 540.40		0%
Reabilitação urbana e rural					
61	Projectos integrados de recuperação urbana e rural	22	6 310 585.64		0%
Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários					
62	Desenvolvimento de sistemas e estratégias de aprendizagem ao longo...	4	233 062.54		0%
63	Concepção e divulgação de formas inovadoras e mais produtivas...				
Melhorar o acesso ao emprego e a sustentabilidade					
67	Medidas de incentivo ao envelhecimento em actividade e...				
69	Medidas para melhorar o acesso ao emprego e aumentar a participação sustentável e a progressão das mulheres no emprego, reduzir no mercado laboral a segregação baseada no sexo e conciliar a vida profissional e a vida privada, facilitando designadamente o acesso aos serviços de acolhimento de crianças e de cuidados às pessoas dependentesparticipação...				
70	Acções específicas para fomentar a participação dos migrantes...				
74	Desenvolver o potencial humano no domínio da investigação e inovação...				
Investimento em infra-estruturas sociais					
75	Infra-estruturas educativas	46	26 565 351.48	4 422 347.70	17%

Quadro 2.12: Aprovações e execução por dimensão Tema Prioritário (contribuição comunitária)

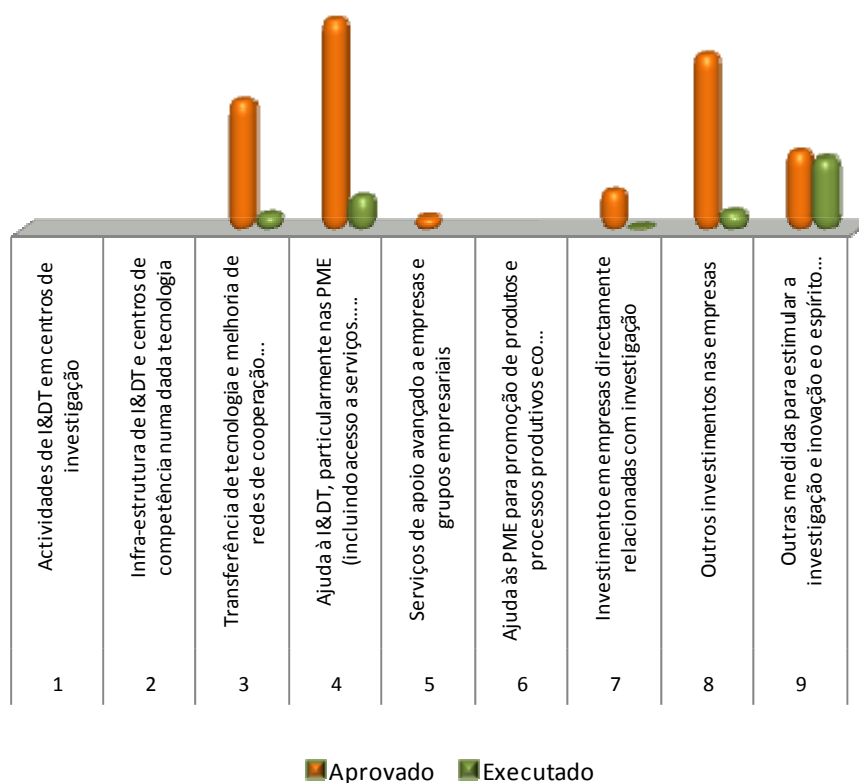
Código	Designação do Tema Prioritário	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante €	Montante €	Tx EX/AP
77	Infra-estruturas de assistência à criança				
78	Infra-estrutura de habitação				
79	Outras infra-estruturas sociais	5	1 927 925.66		0%
Mobilização para as reformas nos domínios do emprego e da inclusão					
80	Promoção de parcerias, pactos e iniciativas através da criação de redes...				
Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local					
81	Mecanismos para promover boas políticas e melhorar a concepção...	9	2 856 866.92	493 909.88	17%
Assistência Técnica					
85	Preparação, execução, acompanhamento e inspeção	6	3 235 308.27	745 871.54	23%
86	Avaliação e estudos; Informação e comunicação	1	72 791.07	0.00	0%
TOTAL Temas Prioritários		367	130 007 407.55	20 650 922.21	16%
TOTAL Earmarking		312	111 895 552.38	19 311 091.79	17%

Categorias de earmarking

Fazendo uma análise por categoria de despesa verifica-se que na categoria de despesa “Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo, como se pode verificar os temas 1, 2 e 6 não registaram quaisquer aprovações, sendo o tema prioritário 4 o que regista maior aprovação. A maior execução regista-se no tema 9.

A taxa de execução é de 12% do tema 3, de 15% no tema 4, de 9% no tema 7, de 10% no tema 8 e de 92% no tema 9

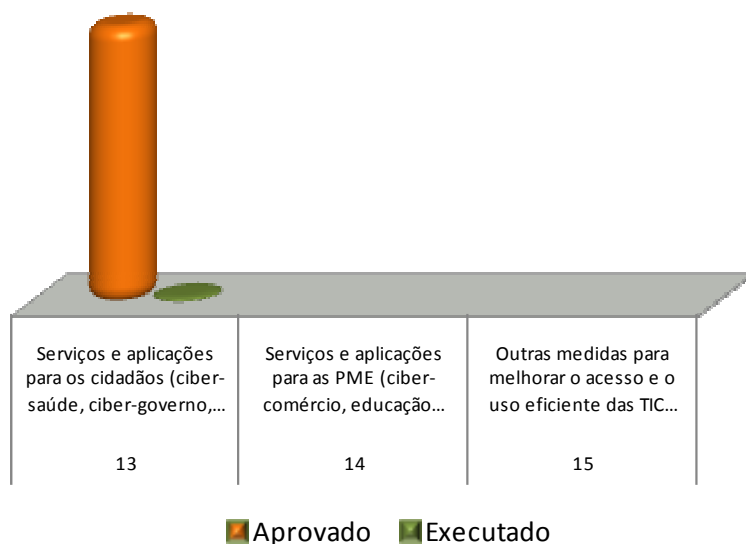
Gráfico 2.7: “Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo” - Aprovações e execução por Tema Prioritário



Na categoria de despesa “Sociedade de Informação, como se pode verificar os temas 14 e 15 não registaram quaisquer aprovações, sendo o tema prioritário 13 o único que regista aprovação.

A taxa de execução deste tema é de 2% .

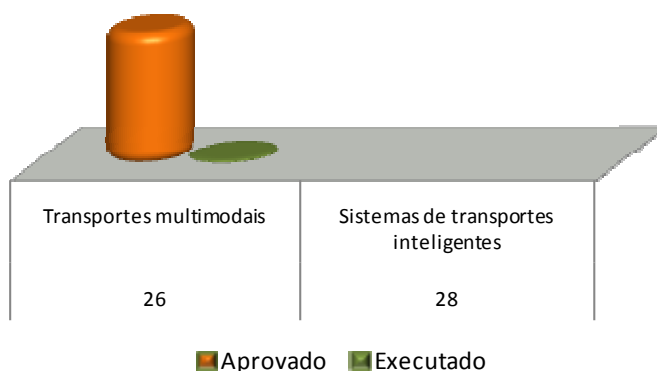
Gráfico 2.8: “Sociedade de Informação” - Aprovações e execução por Tema Prioritário



Na categoria de despesa “Transportes”, como se pode verificar o tema 28 não regista qualquer aprovação, sendo o tema prioritário 26 o único que regista aprovação

A taxa de execução deste tema é de 3%.

Gráfico 2.9: “Transportes” - Aprovações e execução por Tema Prioritário

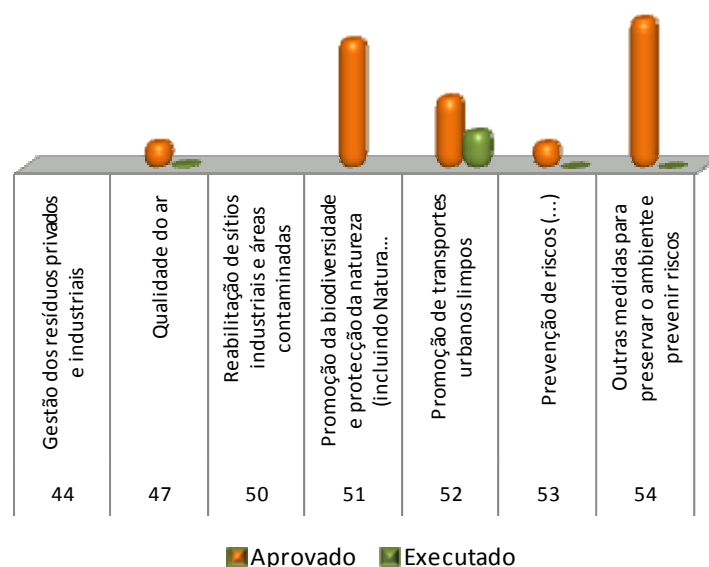


Como já referido anteriormente a categoria de despesa “Energia”, não regista qualquer aprovação.

Na categoria de despesa “Protecção do Ambiente e prevenção de riscos”, como se pode verificar os temas 44 e 50 não registaram quaisquer aprovações, sendo o tema prioritário 54 o que regista maior aprovação.

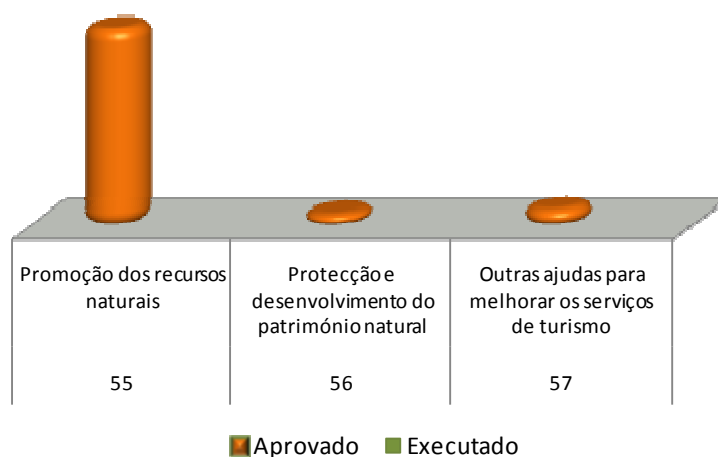
A taxa de execução do tema 47 é de 16% , do tema 52 é de 51%, do tema 53 é de 2% e do tema 54 de 0.3%.

Gráfico 2.10: “Protecção do Ambiente e prevenção de riscos” - Aprovações e execução por Tema Prioritário



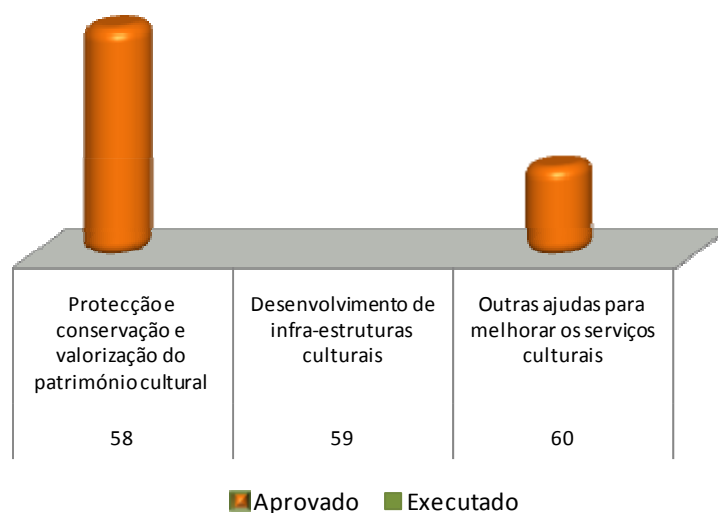
Na categoria de despesa “Turismo”, os três temas associados registam aprovações , mas sem execução, sendo o de maior peso o tema 55.

Gráfico 2.11: “Turismo” - Aprovações e execução por Tema Prioritário



Na categoria de despesa “Actividades Culturais”, dos três temas associados apenas registam aprovações , mas sem execução os temas 58 e 60.

Gráfico 2.12: “Actividades Culturais” - Aprovações e execução Tema Prioritário



Na categoria de despesa “Reabilitação Urbana e Rural”, o tema associado regista apenas aprovação.

Gráfico 2.13: “Reabilitação Urbana e Rural” - Aprovações e execução por Tema Prioritário



Na categoria de despesa “Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores das empresas e dos empresários”, dos dois temas associados apenas o tema 62 regista aprovação , mas sem execução.

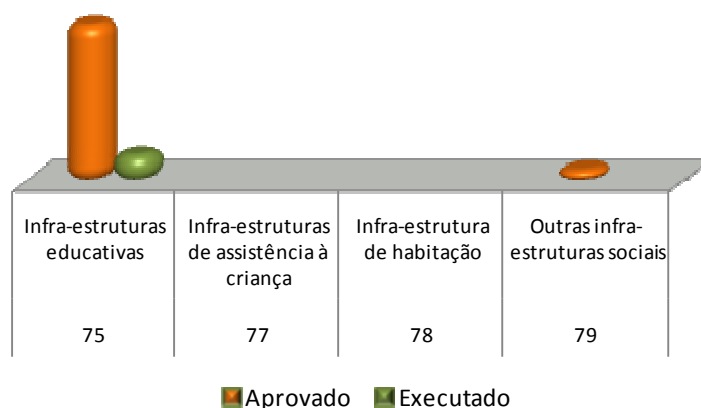
Gráfico 2.14: “Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários” - Aprovações e execução por Tema Prioritário



Na categoria de despesa “Melhorar o acesso ao emprego e a sustentabilidade”, não regista qualquer aprovação, nos quatro temas prioritários associados.

Na categoria de despesa “Investimentos em infra-estruturas sociais”, dos quatro temas associados apenas o tema 75 e 79 registam aprovações, tendo apenas o tema 75 execução com uma taxa de 17%.

Gráfico 2.15: “Investimentos em infra-estruturas sociais” - Aprovações e execução por Tema Prioritário



Na categoria de despesa “Mobilização para as reformas nos domínios do emprego e da inclusão”, não se regista qualquer aprovação, no tema prioritário associado.

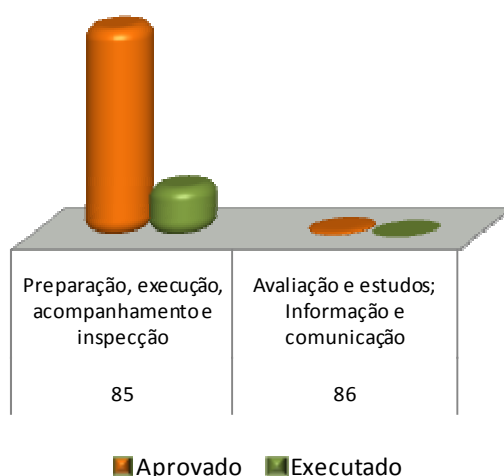
Na categoria de despesa “Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local”, o tema prioritário associado regista aprovação e execução com uma taxa de 17%.

Gráfico 2.16: “Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local” - Aprovações e execução por Tema Prioritário



Na categoria de despesa “Assistência Técnica”, os dois temas prioritários associados registam aprovações, sendo que apenas o tema 85 regista execução com uma taxa de 23%.

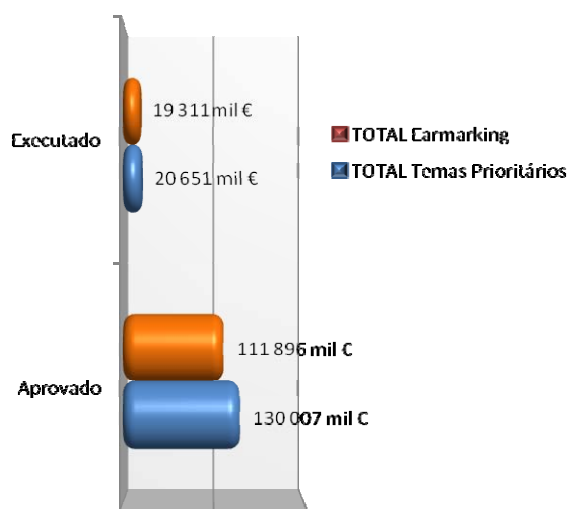
Gráfico 2.17: “Assistência Técnica” - Aprovações e execução por Tema Prioritário



Em termos globais e comparando o total de Temas Prioritários e despesas Earmarking, verifica-se que do total de 367 operações, 312 contribuem para Earmarking, correspondendo a 85%.

Considerando o programado para o PO já se encontram aprovadas despesas 51% de despesas *Earmarking*.

Gráfico 2.18: Aprovações e execução por Tema Prioritário e Earmarking



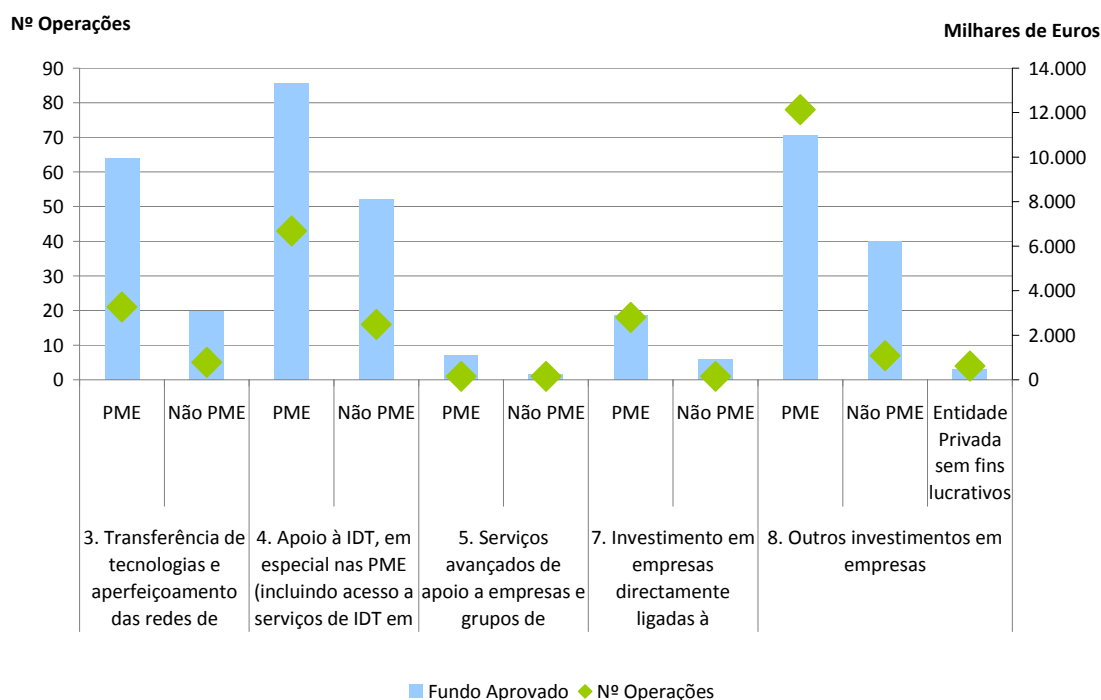
Apoios Concedidos às Empresas

A alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1080/2006, de 5 de Julho realça a importância do FEDER na contribuição para o financiamento dos investimentos produtivos que contribuam para criar e manter empregos sustentáveis, principalmente através de ajudas directas ao investimento, sobretudo nas pequenas e médias empresas (PME).

Neste âmbito o FEDER aprovado no PORLisboa tem cumprido com o objectivo delineado no n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1080/2006, em particular para os temas prioritários números 3, 4, 5, 7 e 8, todos eles vocacionados para o financiamento dos investimentos produtivos que contribuem para criar e manter empregos sustentáveis, e onde a actividade apoiada tem por base a criação de valor acrescentado.

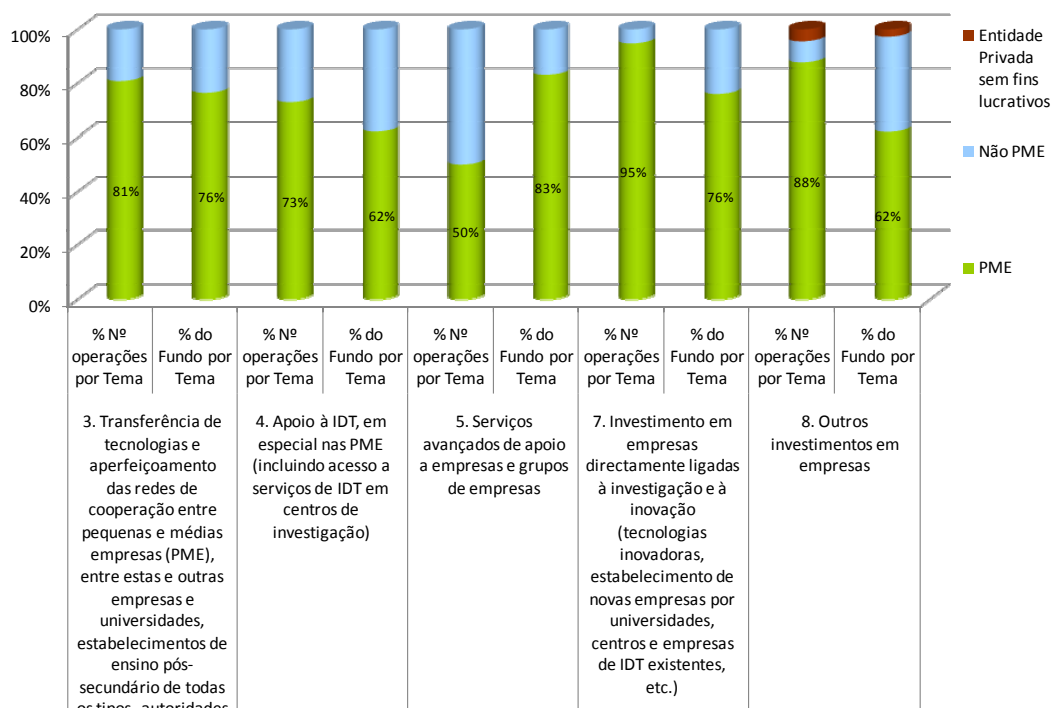
O maior número de operações aprovadas verifica-se ao nível da tipologia de outros investimentos em empresas, logo seguido pelo apoio à IDT, em especial nas PME (incluindo acesso a serviços de IDT em centros de investigação) o que se reflecte na distribuição do incentivo aprovado.

Gráfico 2.19: Apoios concedidos às empresas por tema prioritário



Analisando os temas de forma individual, verifica-se que são os serviços avançados de apoio a empresas e grupos de empresas (Tema 5) aqueles que registam o maior peso de incentivo aprovado em PME (83%) face ao total do incentivo aprovado para esse mesmo tema. De realçar que é no Tema 4 onde se observa uma menor relevância das PME face ao total do incentivo aprovado nesse tema, registando as não PME, neste caso, uma percentagem de 48% do FEDER aprovado.

Gráfico 2.20: Apoios concedidos às empresas por tema prioritário em percentagem do nº de operações e do Fundo



2.2 Informação sobre a conformidade com o direito comunitário

As instruções e orientação aos beneficiários sobre as disposições aplicáveis aos concursos públicos, auxílios estatais, igualdade de oportunidades e regras ambientais constam no Regulamento Geral FEDER e FC e nos respectivos Regulamentos Específicos, nos artigos relativos às condições gerais de admissão e aceitação dos beneficiários e das operações e obrigações dos beneficiários, bem como nos respectivos avisos de abertura de concursos, quando aplicável.

O Beneficiário, no momento da apresentação da sua candidatura, declara ainda de modo expreso e inequívoco a conformidade das operações abrangidas pela sua candidatura com os procedimentos legais nacionais e comunitários aplicáveis em matéria de concursos públicos, auxílios estatais, igualdade de oportunidades e regras ambientais.

Também o contrato de financiamento obriga o beneficiário ao cumprimento da legislação nacional e comunitária sobre contratação pública, auxílios estatais, igualdade de oportunidades e regras ambientais.

Por último, a check-list de verificação no local também contempla itens a validar junto do beneficiário, no local de execução da operação.

Concursos Públicos

Relativamente à contratação pública, em fase de análise das candidaturas ou em fase de análise de pedidos de pagamento, aplica-se a check-list da contratação pública, uma check list para os procedimentos abrangidos pela legislação nacional em vigor até 29 de Julho de 2008 (Decreto Lei n.º 59/99, de 2 de Março e Decreto Lei n.º 197/99, de 8 de Junho) e uma check list para os procedimentos abrangidos pelo novo Código da Contratação Pública (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que transpõe as Directivas números 2004/17/CE e 2004/18/CE).

As referidas check list encontram-se disponíveis para download no sítio do PORLisboa, na área reservada de acesso aos beneficiários, bem como as respectivas orientações e instruções de preenchimento.

A check-list deve ser apresentada aquando da apresentação candidatura e/ou dos pedidos de pagamento, devidamente preenchida para cada procedimento de contratação pública. Deve ainda ser acompanhada dos documentos que atestem o cumprimento do procedimento contratual adequado, quando a despesa em causa o envolver.

Esta check-list, em conjunto com os elementos documentais nela solicitados, constitui um elemento facilitador da elaboração da check-list a preencher pela Autoridade de Gestão / Organismos Intermédios⁶, que se destina a verificar se a informação prestada e os elementos anexos à check list enviados pelo beneficiário, permitem confirmar o procedimento adoptado em cada etapa e se existe ou não a apresentação, por parte deste, do fundamento para as eventuais excepções aplicáveis.

Os modelos de check-list e procedimentos de respectiva validação encontram-se a ser melhorados em termos técnicos, bem como a sua formatação ao nível do Sistema de Informação do POR Lisboa.

⁶ No caso dos Sistemas de Incentivos aplicam-se as Orientações de Gestão do POFC n.º 03/POFC/2008 e n.º 04/POFC/2008 relativas aos Procedimentos de Contratação Pública (antes 30 Julho 2008 e após 30 Julho 2008, respectivamente).

Auxílios Estatais

Sistemas de Incentivos

No âmbito da Agenda da Competitividade do Programa Temático COMPETE e dos PO Regionais, foram criados três Sistemas de Incentivos: SI I&DT - Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas, SI PME - Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização das PME e SI Inovação - Sistema de Incentivos à Inovação.

| 55

As regras da Comissão Europeia determinam que, antes da concessão de qualquer auxílio de estado, os regimes de auxílios devem ser enquadrados em termos das regras da concorrência (num processo que pode obrigar à aprovação explícita da Comissão Europeia, como foi o caso do SI I&DT, ou apenas do envio de informação sobre o regime a ser implementado, como foi o caso dos restantes instrumentos e da nova versão do SI I&DT⁷). Este procedimento garante o cumprimento das regras da concorrência para todos os projectos aprovados no âmbito dos referidos regimes de auxílio, acautelando a conformidade com a legislação nacional respectiva.

Uma vez que há diferentes enquadramentos comunitários em função da categoria das despesas elegíveis e que se registaram alterações nas regras da concorrência⁸, os regimes nacionais foram obrigados a seguir as referidas alterações.

SAFPRI

No âmbito dos apoios directos a empresas, enquadráveis na regulamentação comunitária relacionada com os auxílios de estado, importa referir também o SAFPRI – Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação. Este regime de auxílio tinha os seguintes enquadramentos comunitários em função dos instrumentos de financiamento de empresas apoiados:

- **Capital de risco** – Orientações Comunitárias relativas aos auxílios estatais e capital de risco a pequenas e médias empresas (2006/C 194/02) e Regulamento (CE) n.º 800/2008 publicado em 9 de Agosto de 2008 (Regulamento geral de isenção por categoria);
- **Garantias** – Comunicação da Comissão relativa à aplicação dos artigos 87.º e 88.º do Tratado CE aos auxílios estatais sob a forma de garantias (2008/C 155/02);

271

⁷ Apesar do SI I&DT ter sido aprovado pela CE, as Autoridades Portuguesas optaram por enquadrar, aquando da revisão de legislação, este regime como respeitando o Reg.(CE) N° 800/2008.

⁸ O Regulamento (CE) 800/2008 revogou os anteriores Regulamentos nas respectivas categorias, nomeadamente: Regulamento (CE) 1628/2006, Regulamento (CE) 70/2001, Regulamento (CE) 68/2001, 2006/C 323/01.

- **Bonificação de juros** no âmbito de linhas de crédito especiais – Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15 de Dezembro, relativo aos auxílios de *Minimis*.

O enquadramento Comunitário actual do SAFPRI, remete-se para o X 316/2009 após entrada em vigor do RGIC e para o regulamento relativo aos auxílios *Minimis*.

Conformidade em termos de concorrência

| 56

A compatibilidade das regras da concorrência está garantida pelo facto dos regulamentos nacionais estarem em conformidade com as regras comunitárias da concorrência.

Deste modo, encontra-se assegurado o cumprimento das regras comunitárias em termos de auxílios de estado para todos os projectos desde que os mesmos cumpram o disposto nos respectivos regulamentos (SI Inovação, SI I&DT ou SI Qualificação PME), nomeadamente no que se refere às restrições sectoriais, despesas elegíveis, limites máximos de apoio, cumprimento do efeito de incentivo.

A verificação do cumprimento dos requisitos regulamentares é efectuada pelo OI em ferramenta informática que permite validações automáticas, e posteriormente submetida à Comissão de Selecção do SI QREN, que emite parecer sobre o cumprimento daqueles requisitos e posteriormente validada pela Autoridade de Gestão.

Em relação aos auxílios de *Minimis*, a Comissão Europeia autoriza a sua aplicação desde que os mesmos sejam transparentes e que o Estado-Membro assegure o cumprimento dos limites máximos de apoio.

Assim, a verificação da compatibilidade dos auxílios de *Minimis* é efectuada pelo IFDR, entidade responsável pelo controlo de acumulação dos apoios financeiros concedidos ao abrigo da regra de *Minimis*, nos termos do Regulamento (CE) n.º pela base de dados nacional 1998/2006, de 15 de Dezembro, antes da contratualização dos incentivos.

Os procedimentos a observar são os seguintes:

- O parecer do OI a apresentar à Comissão de Selecção, no incentivo proposto, identifica a componente de *Minimis*.
- A Autoridade de Gestão do POFC envia a informação relevante para o Organismo Nacional responsável pela base de dados nacional dos auxílios de *Minimis*, após decisão do projecto, que fica condicionada ao respeito dos auxílios de *Minimis*.
- Sempre que o referido Organismo Nacional comunique que o incentivo proposto ultrapassa o limite de *Minimis*, o incentivo é alterado em conformidade.

Para determinar se um auxílio é ou não compatível com o mercado comum ao abrigo do Regulamento n.º 1628/2006, é necessário tomar em consideração a intensidade do auxílio e, por conseguinte, o montante do auxílio expresso em equivalente-subsvenção.

Para determinar se um auxílio é ou não enquadrado nos auxílios regionais é necessário tomar em consideração a intensidade do auxílio a atribuir. A unidade de medida comum da intensidade do auxílio é o equivalente-subsvenção bruto, que permite comparar a intensidade dos auxílios concedidos de diferentes formas.

Esta verificação é feita pelo OI, fazendo parte integrante do seu parecer, sendo este submetido à Comissão de Selecção do SI QREN, que emite parecer sobre o cumprimento daqueles requisitos e posteriormente validados pela Autoridade de Gestão.

Apresentam-se de seguida os regimes de auxílio utilizados no âmbito do PORLisboa, por Enquadramento Comunitário e a respectiva actualização face às alterações regulamentares efectuadas:

Quadro 2.13: Regimes de Auxílio utilizados no âmbito do PORLisboa, por Enquadramento Comunitário

Regime de Auxílios	Nº Auxílio de Estado	Enquadramento comunitário anterior (b)	Enquadramento comunitário actual (c)
Sistemas de Incentivos			
<ul style="list-style-type: none"> SI I&DT SI PME (Vale Inovação) 	AE N 780/07	<ul style="list-style-type: none"> Enquadramento Comunitário dos Auxílios Estatais à Investigação e Desenvolvimento e à Inovação (2006/C323/01) 	<ul style="list-style-type: none"> X 404/2009 (RGIC)
<ul style="list-style-type: none"> SI I&DT (Núcleos e Centros de I&DT) SI PME SI Inovação (Consultoria) 	XS 73/2008	<ul style="list-style-type: none"> Regulamento (CE) N.º 70/2001 relativo aos auxílios a favor das Pequenas e Médias Empresas. Regulamento (CE) N.º 800/2008 – Regulamento Geral de Isenção por Categoria (RGCI) 	<ul style="list-style-type: none"> X 404/2009 (RGIC)
<ul style="list-style-type: none"> SI Inovação 	XR 60/2008	<ul style="list-style-type: none"> Regulamento (CE) n.º 1628/2006 relativo a Auxílios com finalidade Regional 	<ul style="list-style-type: none"> X 404/2009 (RGIC)
<ul style="list-style-type: none"> SI PME (formação) SI Inovação (formação) 	XT 70/2008	<ul style="list-style-type: none"> Regulamento (CE) N.º 68/2001 relativo aos auxílios à Formação Profissional 	<ul style="list-style-type: none"> X 404/2009 (RGIC)
<ul style="list-style-type: none"> SI I&DT ¹⁾ SI PME ¹⁾ SI Inovação ¹⁾ 	<i>Minimis</i>	<ul style="list-style-type: none"> Regulamento (CE) N.º 1998/2006 relativo aos auxílios de Minimis 	<ul style="list-style-type: none"> <i>Minimis</i>
SAFPRI			
<ul style="list-style-type: none"> SAFARI – Capital de Risco 		<ul style="list-style-type: none"> Regulamento (CE) N.º 800/2008 – Regulamento Geral de Isenção por Categoria (RGIC) 	<ul style="list-style-type: none"> X 316/2009 (RGIC)
<ul style="list-style-type: none"> SAFPRI – Linhas de crédito PME Investe I e I ¹⁾ 	<i>Minimis</i>	<ul style="list-style-type: none"> Regulamento (CE) N.º 1998/2006 relativo aos auxílios de Minimis 	<ul style="list-style-type: none"> <i>Minimis</i>

a) Antes da entrada em vigor do RGIC

b) Após entrada em vigor do RGIC

1) Refere-se a componentes de projectos cujas despesas não são enquadráveis nos outros regulamentos comunitários

Legenda:

RGIC - Regulamento (CE) 800/2008 de 6 de Agosto

Minimis - Regulamento (CE) 1998/2006 de 15 de Dezembro

Auxílios Regionais - Regulamento (CE) 1628/2006 de 24 de Outubro

Auxílios às PME - Regulamento (CE) 70/2001 de 12 de Janeiro

Auxílios à Formação - Regulamento (CE) 68/2001 de 12 de Janeiro

Auxílios às PME (I&D&I) - Regulamento (CE) 364/2004 de 25 de Fevereiro

AE N 780/07 - Regime Notificado e Aprovado pela CE (SI I&DT) ao abrigo das Orientações dos Auxílios Estatais à Investigação e Desenvolvimento e à Inovação (2006/C 323/01 de 30 de Dezembro de 2006)

Igualdade de Oportunidades

Uma das dimensões estratégicas da política comunitária é a igualdade de oportunidades entre todas as pessoas, sejam estas homens ou mulheres, portadoras ou não de deficiência ou de diferentes raças ou etnias, religiões e credos, idade ou orientação sexual.

No que respeita ao PORLisboa, em matéria de igualdade de oportunidades, destaca-se a um nível mais global a intervenção dos representantes da CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género na Comissão de Acompanhamento do Programa e a definição no Regulamento Geral FEDER e FC e nos Regulamentos Específicos, da obrigatoriedade do cumprimento dos normativos comunitários e nacionais sobre igualdade de oportunidades.

Relativamente à forma como os princípios acima referidos se reflectem em concreto nas tipologias de operações abrangidas pelo PORLisboa, destacam-se os seguintes aspectos:

- Nos Sistemas de Incentivos às Empresas inseridos no Eixo 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento, o apoio ao empreendedorismo qualificado contempla a atribuição de uma majoração para os projectos promovidos por empresárias e jovens (sempre que esteja assegurado que estes detêm uma participação de pelo menos 50% no capital da empresa);
- No SI Qualificação PME é financiado o apoio à definição e implementação de planos de igualdade com contributos efectivos para a conciliação da vida profissional com a vida familiar e para a facilitação do mercado de trabalho inclusivo;
- No objectivo específico “Apoiar a criação e o desenvolvimento de serviços de proximidade dirigidos à população com necessidades especiais de apoio e promover a qualidade de vida e o bem-estar urbano potenciadores da conciliação entre a vida profissional, a vida pessoal e a vida familiar”, do Eixo 3 – Coesão Social, está contemplado o financiamento de equipamentos e acções de desenvolvimento

social, no âmbito da prevenção da exclusão social e do apoio aos imigrantes, designadamente, Centros de Apoio aos Imigrantes;

- Ainda no Eixo 3 – Coesão Social, as tipologias de operações abrangidas pelas Parcerias para a Regeneração Urbana incluem a Requalificação socio-urbanística, focalizada na vertente da inclusão social,

Na fase de apreciação da candidatura, a análise relativa à igualdade de oportunidades será efectuada com base nos indicadores constantes do formulário de candidatura – Indicadores face ao Emprego Candidatura – no qual o beneficiário menciona o número/duração de relações contratuais a preencher em função do género. Assim, existe um cuidado ao nível da apreciação de candidaturas no sentido de observar se existe algum constrangimento ou limitação à plena observação desta política comunitária.

Posteriormente, ao nível das verificações de gestão, nomeadamente, as verificações no local, existe um campo específico na respectiva *check list* dedicado a esta matéria onde são garantidas evidências da observação desta política comunitária.

Regras Ambientais

O Regulamento Geral FEDER e FC estabelece para as operações, como condição geral de admissão, o dever de cumprirem as disposições legais, nacionais e comunitárias, em matéria de licenciamentos ou autorizações prévias, aplicáveis ao arranque da operação e, como condição geral de aceitação, o Regulamento refere ainda o dever de verificarem a conformidade com a legislação nacional e comunitária que lhes seja aplicável, incluindo a legislação ambiental.

De referir também, a um nível mais global, a intervenção de um representante de organizações não governamentais da área do ambiente na Comissão de Acompanhamento do PORLisboa.

Em termos de regras ambientais, no processo da admissibilidade das operações, ou fase de apresentação do 1º pedido de pagamento, os beneficiários já deverão dispor dos pareceres de entidades externas à AG, exigíveis de acordo com a tipologia da operação e previstos em regulamentos específicos ou em orientações técnicas gerais e específicas do PORLisboa, quando aplicável.

Paralelamente, além da exigência de que as operações disponham de toda a informação requerida no Regulamento Específico, deverão ainda demonstrar um grau de maturidade adequado. Neste contexto, destaca-se também que a própria avaliação de mérito das candidaturas submetidas no âmbito dos regulamentos específicos que regulam as

intervenções de preservação, reabilitação ambiental e gestão do património natural, inclui como critério de selecção o enquadramento do projecto apresentado nos planos de ordenamento do território e documentos estratégicos de enquadramento ambiental aplicáveis na área de implementação do mesmo.

No âmbito do financiamento de operações da preservação do património natural, em particular nas áreas abrangidas pela Rede Natura, o PORLisboa, no seu Eixo 2 – Sustentabilidade Territorial, prevê o apoio a acções de gestão activa da Rede Natura e da biodiversidade, enquadrado pelo Regulamento Específico “Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados”.

Posteriormente, ao nível das verificações de gestão, nomeadamente, as verificações no local, existe um campo específico na respectiva *check list* dedicado a esta matéria onde são garantidas evidências da observação desta política comunitária.

Relativamente à informação sobre a incorporação de critérios ambientais, em sede de regulamentos específicos, ver ponto 2.7 do presente relatório, referente à Avaliação ambiental Estratégica do PO.

Relativamente às matérias acima referidas, salientamos ainda os principais problemas identificados, bem como as medidas adoptadas para os resolver:

- Assim, no que concerne aos **Concursos Públicos**, destacamos que a necessidade de validação / elaboração de check-list de verificação dos procedimentos de contratação pública, quer por parte dos beneficiários, quer por parte da autoridade de gestão, e respectivos documentos anexos, têm-se traduzido em atrasos na avaliação das operações e respectivos pedidos de pagamento. Estes atrasos devem-se essencialmente à complexidade e morosidade dos itens a validar, bem como à diversidade de beneficiários e número de procedimentos contratados.

Visando minimizar estes problemas, os modelos de check-list e procedimentos de respectiva validação encontram-se a ser melhorados em termos técnicos, bem como a sua formatação ao nível do Sistema de Informação do POR Lisboa;

- No que respeita à **Igualdade de Oportunidades**, destacamos como dificuldade o facto da análise desta política ser, muitas vezes, efectuada com base no preenchimento de indicadores por parte do beneficiário, havendo sempre dificuldade no rigoroso e objectivo apuramento destes dados.

Como procedimento adoptado para minimizar o problema, tem-se, ao nível das verificações de gestão, nomeadamente, as verificações no local, solicitado ao beneficiário uma evidência da observação desta política comunitária;

Relativamente às **Regras Ambientais**, a diversidade e complexidade das operações financiadas, com destaque para as operações que se localizam nas frentes ribeirinhas e /ou em zonas classificadas, conduz a atrasos no arranque e execução das operações.

Para minimizar a situação descrita tem-se tentado sensibilizar os beneficiários para o requerimento atempado dos pareceres que são aplicáveis às suas operações.

2.3 Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

No que concerne a eventuais problemas identificados no relatório anual de controlo apresentado pela Autoridade de Auditoria, nos termos da subalínea i) da alínea d) do n.º 1 do artigo 62º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, tal não se verificou conforme parecer da IGF sobre esta matéria. A este propósito transcreve-se parte do referido parecer:

“Os relatórios e pareceres anuais de auditoria apresentados pela Inspeção-Geral de Finanças à Comissão Europeia (...), elaborados com base nos resultados das auditorias realizadas, conduziram à emissão de opiniões, sem reservas por desacordo, no sentido de que os respectivos sistemas de gestão e controlo funcionam de forma eficaz, de modo a dar garantias razoáveis de que as declarações de despesas apresentadas à Comissão são correctas e, consequentemente, de que as transacções subjacentes respeitam a legalidade e a regularidade em todos os aspectos materialmente relevantes.

A análise interna entretanto efectuada pela Comissão Europeia sobre aqueles relatórios e pareceres conduziu à aceitação dos mesmos. (...).”

No que concerne às observações formuladas pela Comissão Europeia, na sequência da realização do Encontro Anual, em Novembro de 2009, importa referir que não foi feita nenhuma observação específica ao PORLisboa, mas apenas a recomendação transversal a todos os PO, de que os "valores-objectivo" dos indicadores comuns comunitários ("core indicators") sejam quantificados no mais breve prazo de tempo. Tal como referido na resposta das autoridades nacionais (IFDR, IP), o Observatório do QREN assumiu já o desenvolvimento dos trabalhos tendentes à quantificação dos "valores-objectivo" dos indicadores comuns comunitários, encontrando-se em curso a sua definição final.

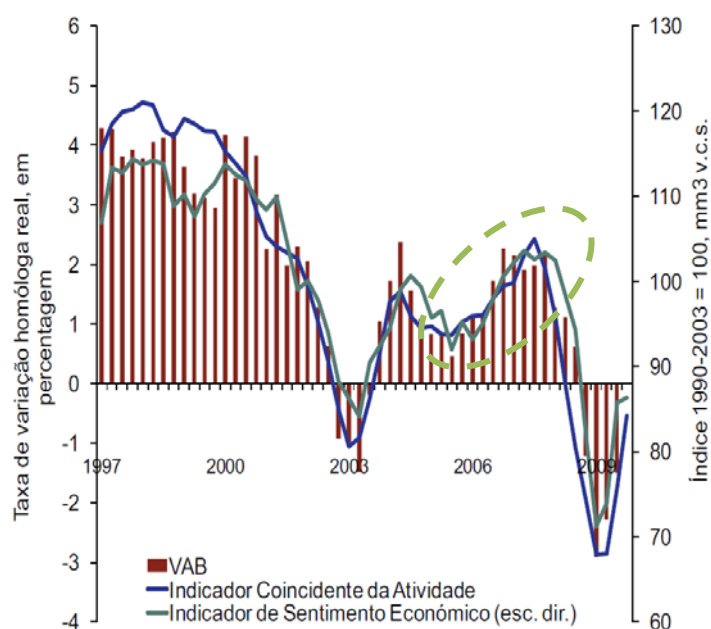
2.4 Mudanças no contexto da execução do programa operacional

ENQUADRAMENTO SOCIOECONÓMICO

O enquadramento socioeconómico do período antecedente à execução do QREN era de relativo optimismo entre os vários agentes económicos, acompanhando uma tendência de recuperação da crise de 2003. Efectivamente, em 2006, fim do QCA III e preparação do QREN, nada fazia antever a crise que se iria abater nos mercados mundiais em 2009. O sentimento económico na altura era de optimismo e a tendência de evolução do indicador coincidente da actividade bem como o próprio Valor Acrescentado Bruto (VAB) gerado na economia apresentavam indícios de crescimento sustentado. Este enquadramento socioeconómico influenciou necessariamente o desenho do QREN e as expectativas de execução dos fundos estruturais.

| 62

Gráfico 2.21: VAB, Indicador Coincidente da Actividade e Indicador de Sentimento Económico



Fonte: Banco de Portugal, Relatório Anual 2009

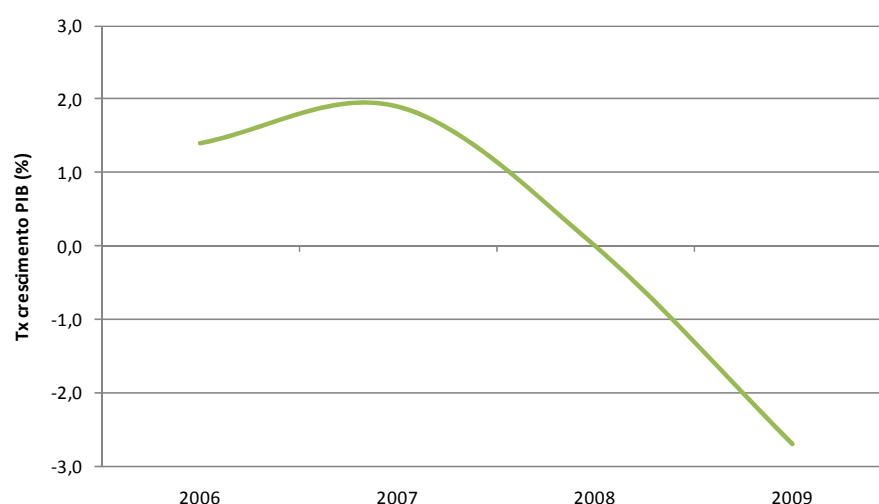
Na realidade, o período de execução da intervenção ficou marcado por profundas flutuações das condições socioeconómicas, quer nacionais quer na região, tendo culminado em 2008-

2009 com a eclosão da mais grave crise económica registada desde a Grande Depressão dos anos 30 do século XX. Segundo dados do Banco de Portugal, apenas em 1975 se verificou uma evolução mais negativa do PIB, de acordo com as Séries Longas para a Economia Portuguesa.

Esta crise, inicialmente financeira mas que rapidamente se transformou numa grave crise económica, condicionou necessariamente a capacidade de execução do QREN.

O gráfico seguinte demonstra de forma clara o impacto da crise na actividade económica gerada neste período:

Gráfico 2.22: Taxa de variação anual do PIB_{PM}, em volume (ano de referência=2000)

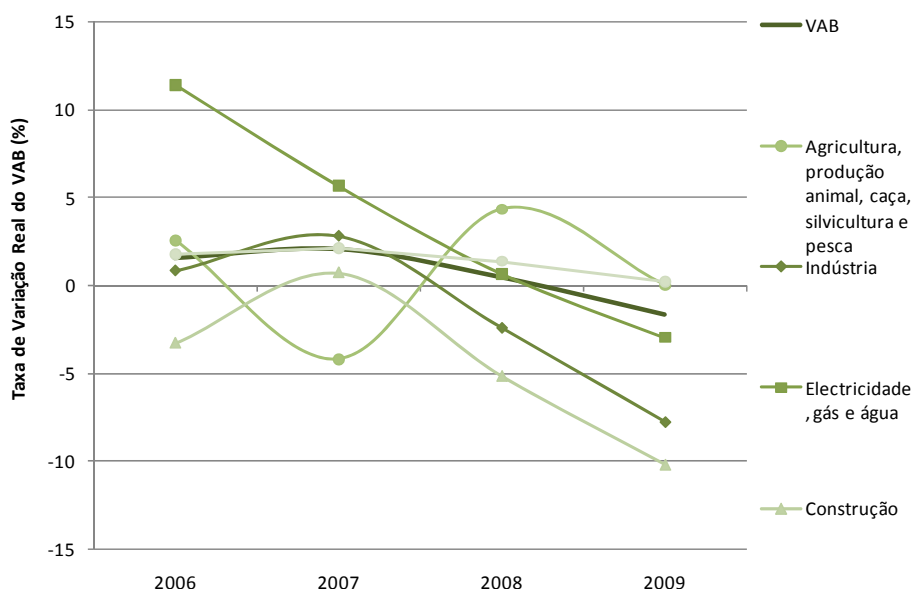


Nota: 2007 a 2009: dados preliminares

Fonte: INE, Contas Nacionais

A evolução do VAB sofre também um decréscimo entre 2008 e 2009, tendo registado no entanto, tendências de evolução relativamente heterogéneas em termos sectoriais, com quedas acentuadas nos sectores mais sensíveis às flutuações cíclicas da economia (construção e indústria) e um crescimento ligeiro no sector dos serviços, sector este que tende a aumentar o seu peso no total do VAB, atingindo 75,4 por cento em 2009 (73,8 por cento em 2008).

Gráfico 2.23: Taxa de variação real do VAB por ramo de actividade (%)

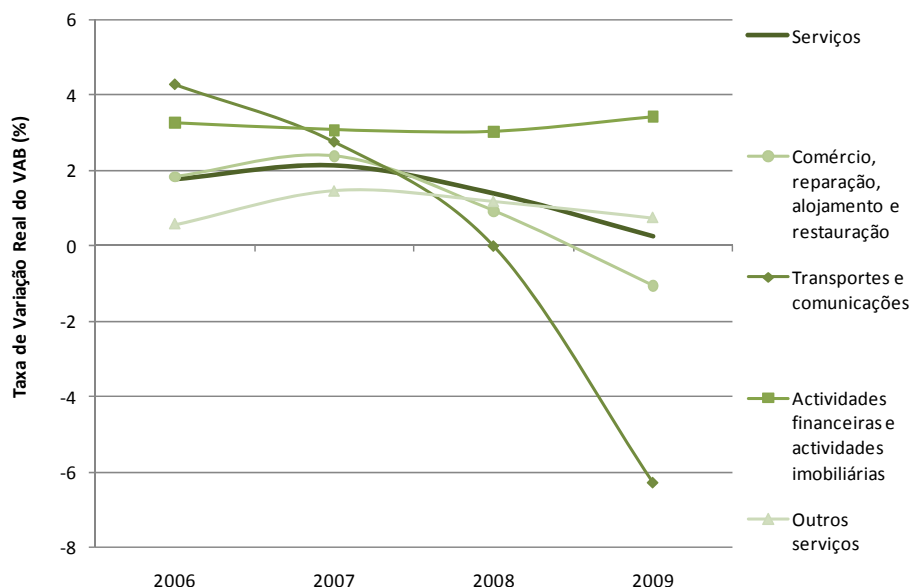


Nota: Os valores para o período 2007-2009 são estimativas preliminares do Banco de Portugal

Fonte: INE e Banco de Portugal

No sector dos serviços, o VAB registou um crescimento de 0,2% em 2009, consequência de um aumento do VAB nas actividades financeiras e imobiliárias (3,4%), mantendo a forte dinâmica de crescimento dos últimos três anos. Os subsectores mais afectados com a crise na conjuntura económica e que consequentemente registaram em 2009 uma diminuição do VAB (-6,3 e -1,1 por cento, respectivamente) foram o subsector dos transportes e comunicações e o subsector do comércio, reparação, alojamento e restauração.

Gráfico 2.24: Taxa de variação real do VAB do sector dos Serviços (%)



Nota: Os valores para o período 2007-2009 são estimativas preliminares do Banco de Portugal

Fonte: INE e Banco de Portugal

A instabilidade socioeconómica teve necessariamente repercussões na execução das operações financiadas pelos vários Programas Operacionais, seja pelas alterações das perspectivas económicas, que condicionam os níveis de investimento desejados e efectuados, em particular pelos agentes privados, quer ainda mesmo pela disponibilidade de recursos financeiros para o financiamento da contrapartida nacional das intervenções.

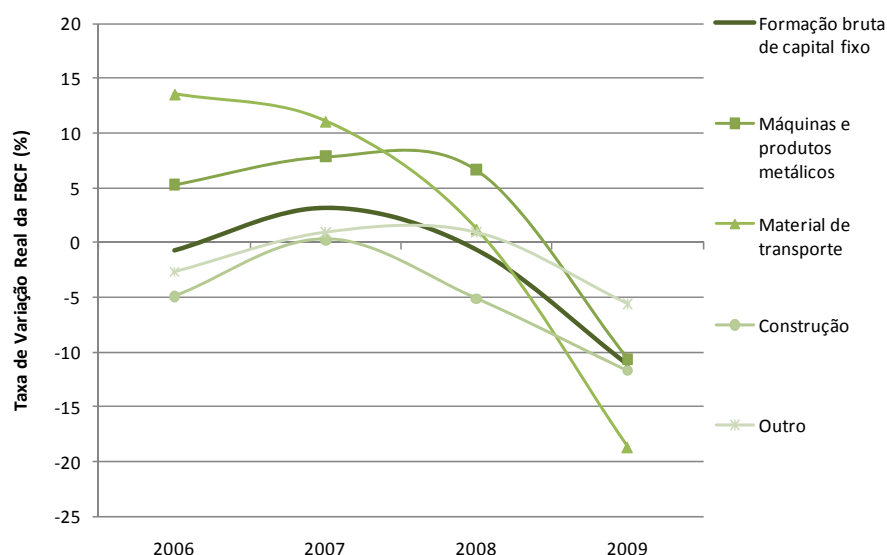
Um dos principais impactos da crise económica e financeira na economia nacional foi a retracção dos empresários na realização dos seus projectos de investimento, uma vez que condicionou o acesso de muitos agentes aos recursos financeiros necessários e por outro lado implicou a reavaliação de muitas decisões de investimento. A consequência mais evidente foi a utilização plena das capacidades de produção excedentárias que alguns empresários ainda detinham em detrimento do desenvolvimento de novos investimentos.

O impacto nas despesas de investimento realizadas pelas empresas foi notório, quer em Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) quer em existências, consequência da deterioração das expectativas dos agentes económicos relativamente à evolução da procura interna e externa, o que terá originado uma redução da rentabilidade e uma significativa subida do nível de incerteza quanto ao futuro, e consequente adiamento ou anulação na concretização de projectos de investimento por parte dos agentes económicos.

No ano de 2009, a Formação Bruta de Capital Fixo apresentou uma diminuição face a 2008 de 11,1%, agravando a tendência de quebra iniciada em 2007 e confirmando a contracção do investimento a nível nacional.

A contracção da FBCF foi generalizada em todas as suas componentes, no entanto foi mais significativa ao nível da componente de material de transporte e da construção.

Gráfico 2.25: Taxa de variação real da Formação Bruta de Capital Fixo (%)



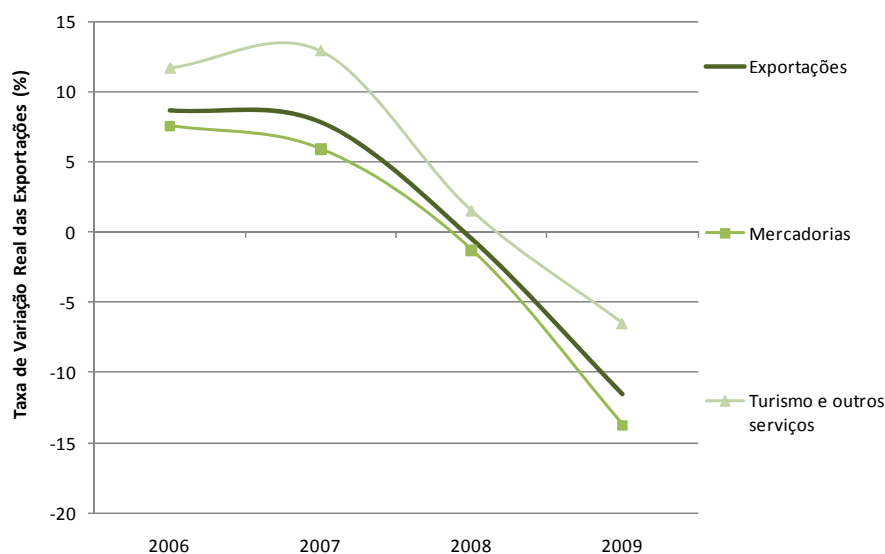
Nota: Os valores para o período 2007-2009 são estimativas preliminares do Banco de Portugal

Fonte: INE e Banco de Portugal

Adicionalmente, a queda da actividade a nível global e a nível interno, neste período, reflectiu-se em quedas acentuadas das exportações e, sobretudo, das importações de bens e serviços, em particular das mercadorias.

Face ao contexto da crise económica e financeira internacional, que originou um colapso do comércio mundial, registaram-se quedas significativas nos fluxos de comércio externo nacional, tendo registado as importações nominais de bens e serviços uma taxa de variação negativa mais pronunciada do que a das exportações.

Gráfico 2.26: Taxa de variação real das Exportações (%)



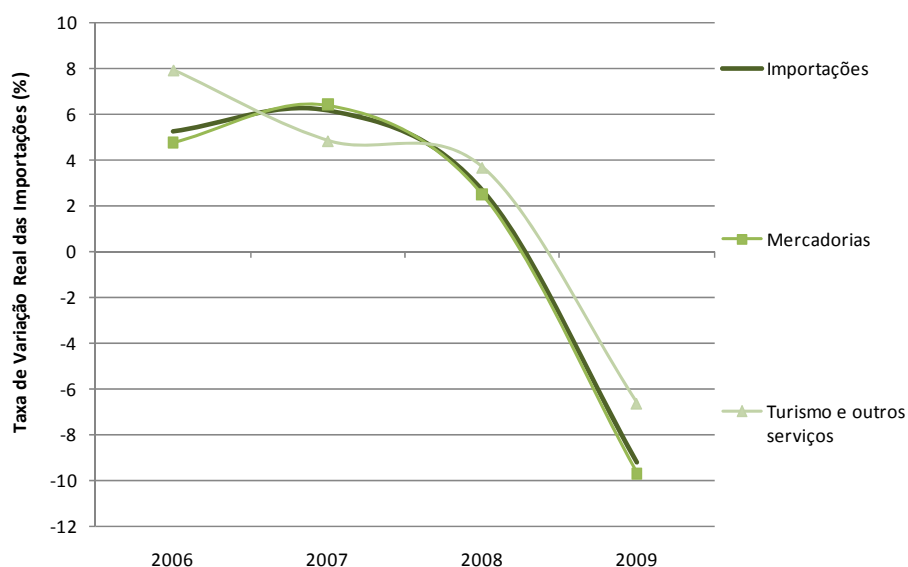
Nota: Os valores para o período 2007-2009 são estimativas preliminares do Banco de Portugal

Fonte: INE e Banco de Portugal

Em 2009, o volume de importações de bens e serviços caiu 9.2 %, reflectindo a evolução das várias componentes da procura, em especial a significativa quebra de algumas componentes com elevado conteúdo importado, como o consumo de bens duradouros, a FBCF e as exportações.

De salientar, que, também em 2009, a queda das importações de serviços foi mais acentuada do que a das exportações, particularmente na componente de turismo.

Gráfico 2.27: Taxa de variação real das Importações (%)

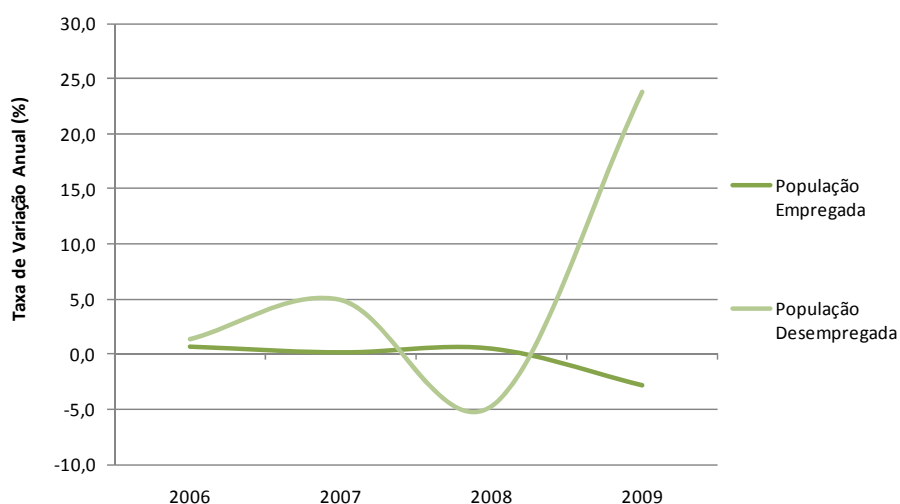


Nota: Os valores para o período 2007-2009 são estimativas preliminares do Banco de Portugal

Fonte: INE e Banco de Portugal

A crise socioeconómica teve adicionalmente, impactos negativos no comportamento do emprego e do desemprego. Efectivamente, observa-se um decréscimo de 2,8% da população empregada em 2009 face a 2008, agravado por um crescimento acentuado da população desempregada, que aumenta 24% relativamente ao mesmo período temporal.

Gráfico 2.28: Taxa de variação anual da população empregada e da população desempregada

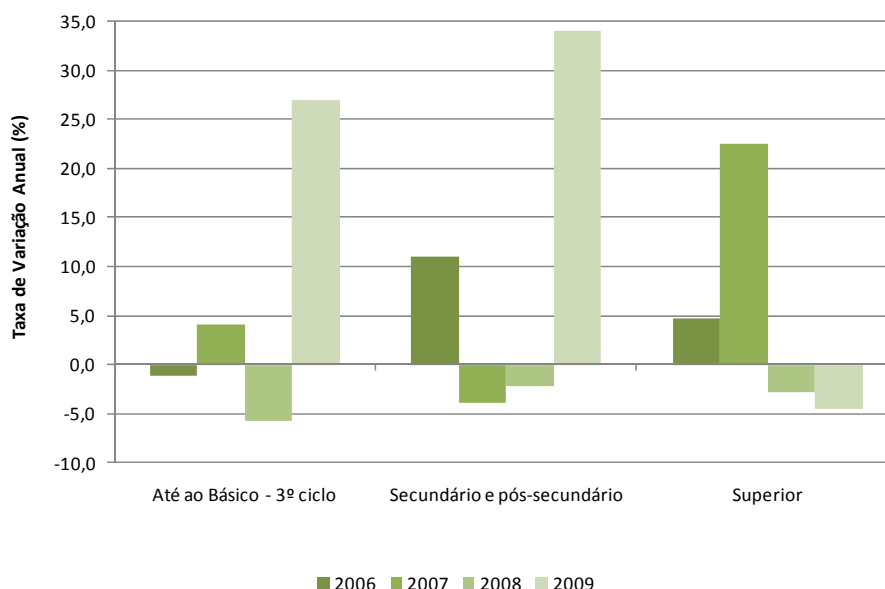


Fonte: INE, Estatísticas do Emprego

Importa referir que 73% da população desempregada em 2009 tinha apenas habilitações até ao 3º ciclo do ensino básico, enquanto 17% possuía habilitações de ensino secundário e pós-secundário e apenas 10% da população desempregada era detentora de um curso superior.

Verifica-se, assim, que o impacto provocado pela crise socioeconómica, em particular no que se refere ao aumento da população desempregada entre 2008 e 2009, afectou essencialmente o escalão populacional com as menores habilitações, tendo-se observado efectivamente uma ligeira melhoria (i.e. decréscimo) da taxa de variação anual da população desempregada com habilitações superiores.

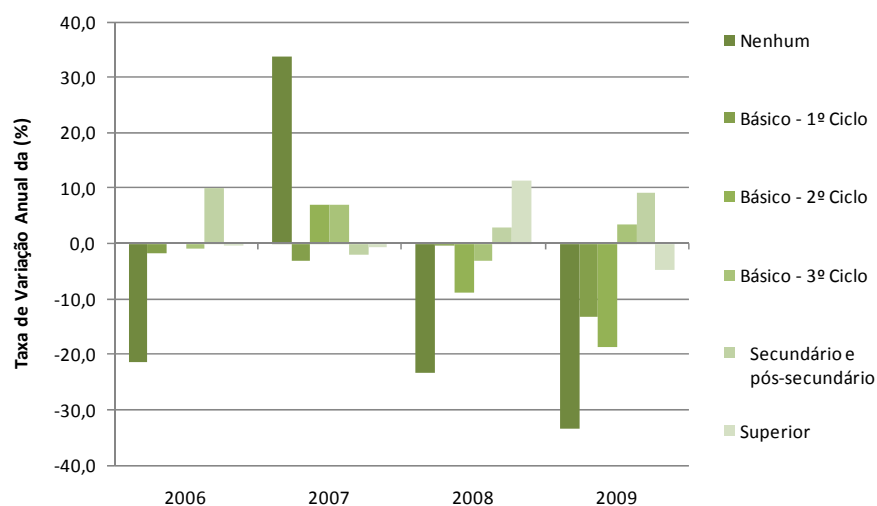
Gráfico 2.29: Taxa de variação anual da população desempregada por habilitações



Fonte: INE, Estatísticas do Emprego

No caso particular da Região de Lisboa, e tendo apenas dados para o emprego, verifica-se que a estrutura da população empregada com ensino superior sofre uma quebra entre 2008 e 2009 acompanhando, de forma menos significativa, a população com níveis de habilitações inferiores. Esta situação poderá estar relacionada, não só com um aumento do desemprego nestes escalões populacionais, o que de certa forma contrariaria, para o caso da população com ensino superior, a tendência nacional verificada previamente, como também com a dificuldade em manter na região, recursos humanos mais qualificados que tendem a procurar noutros territórios e principalmente noutros países melhores condições para trabalhar.

Gráfico 2.30: Taxa de variação anual da população empregada na região NUTS II Lisboa, por habilitações



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

A tendência de agravamento da taxa de desemprego a nível nacional revelou-se transversal a todas as regiões do país com particular relevo na região de Lisboa. Apesar de uma ligeira recuperação em 2008, o desemprego registou, de facto, uma tendência de forte aumento durante 2009, observando-se na região de Lisboa uma taxa de desemprego de 9,8%, ligeiramente acima da média nacional (9,5%).

